

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano 4 • Número 33 • R\$ 7,00



Parcerias viabilizam
projetos de grande
relevância socioeconômica
com riscos minimizados
para investidores

PPP

ALTERNATIVA SEM RISCOS

ENTREVISTA: ANTONIO ROQUE CITADINI FALA SOBRE A ATUAÇÃO DO TCE JUNTO AOS MUNICÍPIOS

ONDE MUITOS VÊEM APENAS UMA CRIANÇA



O SABE, SUA CIDADE GARANTE UM FUTURO MELHOR PARA AS CRIANÇAS.



A Prefeitura da sua cidade, em parceria com a Editora Positivo, pode realizar uma verdadeira revolução nas escolas públicas do seu município. O Sistema Aprende Brasil de Ensino – SABE – é um programa que oferece benefícios para alunos e professores de todas as escolas de sua comunidade. É um conjunto de recursos pedagógicos com a garantia do maior grupo educacional do País.

SISTEMA APRENDE BRASIL DE ENSINO.
FORMANDO O FUTURO DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS.

GARANTIA DE QUALIDADE

Os Livros Didáticos Integrados são desenvolvidos e atualizados pelo Centro de Pesquisas Positivo. Eles contam com o padrão de excelência e a precisão na produção editorial e gráfica que consagraram a Editora Positivo.

VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Uma equipe altamente qualificada estará à disposição dos profissionais de educação do seu município, dando o suporte necessário à prática pedagógica, por meio de cursos de metodologia que contribuirão para a formação continuada.

NÓS VEMOS TAMBÉM UM GRANDE FUTURO.

JWT.COM.BR

INCLUSÃO DIGITAL

Além de uma *homepage* personalizada para o município, no Portal Aprende Brasil, alunos e professores têm acesso individualizado a um conteúdo educacional exclusivo e a avançados recursos e serviços multimídia, como Dicionário Aurélio, atlas, enciclopédia e muito mais.

IGUALDADE DE CONDIÇÕES

Com o SABE, seu município vai garantir o acesso à educação de maior qualidade para todos e assegurar as condições de um futuro promissor para as crianças do seu município, que terão à sua disposição uma infinidade de recursos educativos, visando a uma formação humana completa.

Entre em contato com a Editora Positivo e descubra como obter, por meio do SABE, os melhores resultados educativos no seu município.

SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil

Fale conosco: 0800 644 1515 sabe@positivo.com.br
www.editorapositivo.com.br

O DESAFIO CONSTANTE DOS MUNICÍPIOS



Sabemos que é no município onde o cidadão vive, e também sabemos que nossa sociedade está passando por um processo de transformação, o que faz com que cada governo local acompanhe de perto essa transformação, levando aos seus cidadãos todas as formas de acesso para que todos estejam inseridos neste processo.

Como acompanho o movimento municipalista há muitos anos, vejo claramente esse processo e entendo a preocupação de vários prefeitos e gestores públicos municipais, compromissados com suas populações, pois não medem esforços para que seus municípios não fiquem para trás nessa evolução.

Apesar de não ser o desejado, temos avançado em nossas conquistas, principalmente pela mobilização e reivindicação das entidades municipalistas que têm cumprido com seu papel institucional de defender os municípios.

Com todos os percalços da situação política brasileira, devemos admitir que as legislações têm avançado, e os municípios vêm recebendo a devida importância neste processo.

Infelizmente toda essa modernização não vem acompanhada dos recursos necessários para os municípios cumprirem com todas as suas obrigações.

Acredito que essa luta pela distribuição justa dos impostos com os municípios esta mais próxima à medida que assumimos todas essas responsabilidades. Essa afirmativa se aproxima da verdade uma vez que num futuro bem próximo, se não houver uma distribuição mais justa, os municípios ficarão sem capacidade de atender às suas demandas.

Gostaria de citar algumas transformações que ocorreram somente neste ano: FUNDEB – Fundo Nacional da Educação Básica; Lei do Saneamento - Novo Marco Regulatório; Super Simples - Lei Geral das Micro e Empresas de Pequeno Porte.

Todos os casos citados estão provocando mudanças estruturais nos municípios brasileiros, provando mais uma vez que todas as transformações necessariamente começam na principal célula da nação: os municípios.

O grande desafio é provar dia após dia aos nossos tecnocratas que os municípios evoluíram e hoje são capazes de bem gerir seus recursos, de ter uma gestão transparente, de reduzir custos e principalmente atender ao anseio de suas populações. A maior prova desta afirmação é que aqui no Estado de São Paulo 98% dos municípios têm cumprindo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os municípios estão preparados e com nosso apoio têm enfrentado de peito aberto todas essas transformações. Precisamos agora continuar nossa luta por uma distribuição mais justa dos recursos tributários, onde os municípios tenham uma participação maior no bolo tributário.

A luta continua!

Saudações Municipalistas!

MARCOS MONTI

Presidente da APM



Associação Paulista de Municípios
Av. São Luis, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

Marcos Monti

1º VICE-PRESIDENTE

José Luiz Rodrigues

2º VICE-PRESIDENTE

Welson Gasparini

3º VICE-PRESIDENTE

Rubens Furlan

4º VICE-PRESIDENTE

Marcos José da Silva

SECRETARIA – MEMBROS DIRETORES

SECRETÁRIO-GERAL

Antonio César Simão

1º SECRETÁRIO

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º SECRETÁRIO

Sebastião Misiara

3º SECRETÁRIO

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

TESOUREIRO-GERAL

Carlos Alberto Cruz Filho

1º TESOUREIRO

José Ademir Infante Gutierrez

2º TESOUREIRO

Antonio Francelino

3º TESOUREIRO

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

José Mauro Dedemo Orlandini

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE

Sckandar Mussi

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE

Antonio Sérgio Baptista



Pós-Graduação GRATUITA

ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESCOLA DE CONTAS
"CONSELHEIRO EURÍPEDES SALES"
PROCESSO SELETIVO 1º SEMESTRE 2008

OBJETIVO DO CURSO:

Pós-Graduação "Lato Sensu", que objetiva habilitar os participantes à prática de melhores e mais eficientes serviços prestados à sociedade, diante da nova realidade do setor público brasileiro.

PÚBLICO ALVO:

Servidores da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e público em geral: recém-formados que estejam ingressando no mercado de trabalho, graduados que necessitam aperfeiçoar seus conhecimentos teóricos e práticos na Administração Pública e profissionais que desejam reciclar ou aprofundar seus conhecimentos na área.

INSCRIÇÕES ABERTAS:

De 08/08 a 04/09/2007

Informações:

(11) 3285-2777

www.institutocetro.org.br

Realização:

18 Anos



INSTITUTO CETRO

- **Concursos Públicos**
- **Processos Seletivos**
- **Avaliação Psicológica**
- **Reforma Administrativa**

- **Avaliação de Desempenho**
- **Avaliação Escolar**
- **Treinamento e Desenvolvimento**
- **Consultoria na área pública**

Av. Paulista, 2001 - 13 andar - Cerqueira Cesar
CEP: 01311-300 - São Paulo / SP
Fone: (0xx11) 3285-2777



www.institutocetro.org.br

- 8 Entrevista**
Presidente do TCE fala sobre sua ação no Tribunal e o relacionamento com os municípios paulistas
- 14 PPPs**
Parcerias Público-Privadas viabilizam projetos com riscos minimizados para investidores
- 18 Saneamento**
Pesquisas revelam que as condições sociais estão diretamente vinculadas ao saneamento básico e ambiental
- 22 Jogos Regionais**
Evento contribui para o desenvolvimento das cidades, movimentando comércio e expõe o potencial turístico
- 26 Acessibilidade**
Projetos e revitalizações com normas padronizadas prevêm maior acessibilidade e conforto a portadores de deficiência física
- 28 Mudança de Sede**
Associação Paulista de Municípios inaugura sua nova sede
- 30 Curso APM**
APM promove curso aos gestores municipais na Fundação Armando Álvares Penteado
- 32 Tributário**
Criação do CONFAZ-M-SP auxilia na articulação em defesa dos municípios, com ajuda de secretários da fazenda
- 34 Aniversariantes do Mês**
Municípios aniversariantes no mês de agosto
- 38 Poá**
Prefeitura convida o ex-vereador Agenor Pereira para atuar na assessoria de gabinete
- 39 Atividades APM**
Associação Paulista de Municípios presente na Fiesp e no Ministério Público
- 40 Legislativo**
Câmara Municipal de Pereira Barreto
- 41 Memória**
- 42 Artigo Jurídico**
- 44 IPT**
- 46 Galeria de Fotos**
- 47 TCE**
- 48 IBGE**
- 50 Casos e Causos**

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholha
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlan
Marcos Monti



REDAÇÃO

EDITORA
Camila Plati
municipiosdesaopaulo@gmail.com
EDIÇÃO DE ARTE
Rogério Lobato Loconte
rogerio.loconte@gmail.com

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678/4367-5632

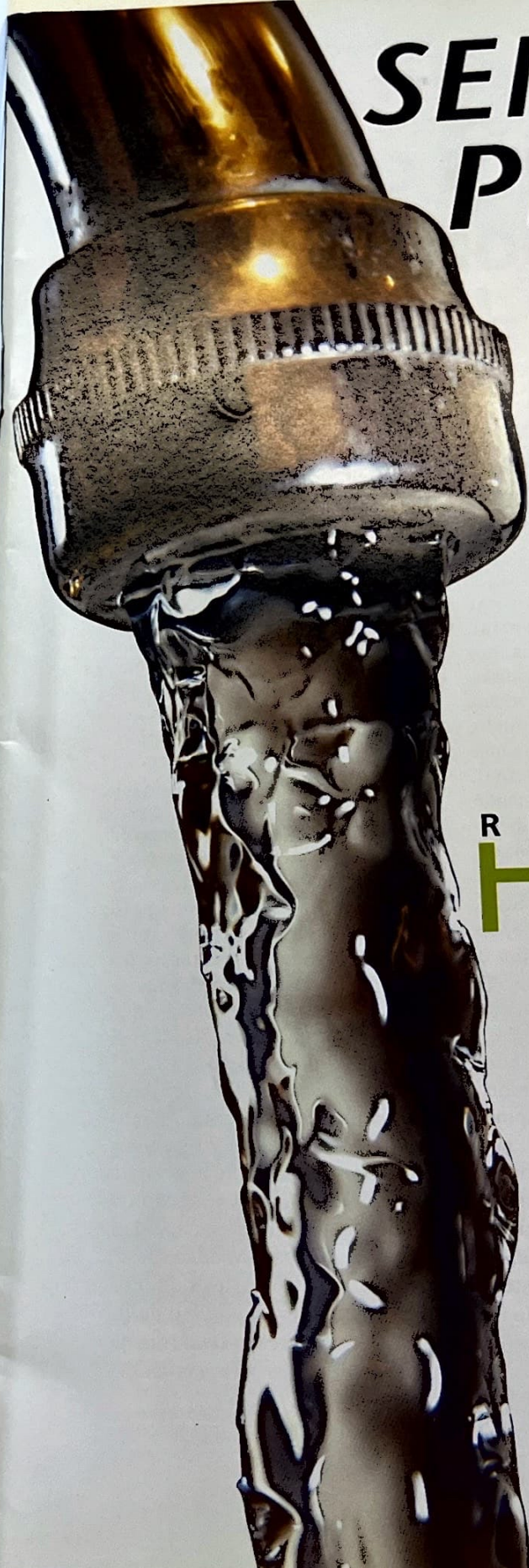
FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Tel.: (11) 2165-9999 –
Fax: 2165-9986
www.apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
ouvidoria@apaulista.org.br
municipiosdesaopaulo@gmail.com

Agosto/2007

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



SENHORES PREFEITOS

Questões relacionadas à nova Lei 11.455, que estabelece um marco regulatório para o setor de saneamento básico, são debatidas por especialistas nas páginas da melhor revista sobre tratamento de águas, efluentes e saneamento:

REVISTA
H₂O **água**

INFORMAÇÕES
comercial@avilaagnelo.com.br

ávilagnelo
EDITORA

Pça. Vidal Antonio de Castro, 34, 05076-030
Lapa, São Paulo, SP
Tel: 11-3832-7979 Fax: 11 3834-1399

"Aos municípios caberá aproveitar a oportunidade que lhes é dada"

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Antonio Roque Citadini, fala sobre a atuação do TCE junto aos municípios

Por Daniella Turano

Antonio Roque Citadini nasceu em Rio Claro, interior de São Paulo, em 1950. Aos 28 anos, concluiu o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Passou pela Câmara Municipal de São Paulo, pelo Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos; e pelo PMDB. Entre 1980 e 1983 foi assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Santo André, mas saiu para assumir o mesmo cargo na Companhia de Gás de São Paulo, onde, em 1987, chegou presidência. Em 1988 foi nomeado conselheiro vitalício do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. No órgão estadual, foi vice-presidente de 1989 a 1990 e no ano de 2006. Entre 1992 e 1995 exerceu a função de corregedor. Por duas vezes esteve na presidência do TCE, em 1991 e 1998. Estando agora em seu terceiro mandato.

Em entrevista à *Revista Municípios de São Paulo*, Citadini fala sobre o relacionamento entre o Tribunal e os municípios paulistas.

Qual é e como tem sido a atuação do TCE junto aos municípios?

O TCE tem uma atuação permanente junto a todos os muni-

cípios que fiscaliza, lembrando apenas que neste serviço não inclui o município da capital. Ao todo, são 644 municípios, nos quais são vistoriadas as prefeituras, as câmaras, as fundações, os órgãos e empresas municipais, totalizando, hoje, aproximadamente, 2 mil entes fiscalizados só na área municipal. É constante a preocupação de manter bem informados todos os jurisdicionados. Por essa razão, anualmente, o TCE-SP organiza um ciclo de debates com os dirigentes públicos e políticos, evento no qual o Tribunal se propõe a debater todos os assuntos, com o objetivo de esclarecer pontos de dúvidas em relação à aplicação, em especial, das leis novas que surgem. Esse ciclo de debates é realizado durante o ano, em várias regiões do Estado, agrupando vários municípios em cada um desses encontros.

É importante frisar que a constituição estabelece gastos mínimos que devem ser feitos pelos municípios com o ensino, com a saúde, e gastos máximos com pessoal. Estes pontos são de muita importância e o Tribunal tem sido rígido na apreciação destas despesas. Para isso, procura sempre deixar claro quais as despesas passíveis de serem aceitas

como integrantes de tais gastos. Gastar menos que o exigido constitucionalmente é razão suficiente para a emissão de parecer desfavorável para as contas anuais do prefeito. É preciso, porém, que os gastos não só atendam ao percentual exigido, mas tenham conformidade com a finalidade. Daí o rigor da apreciação.

Os municípios devem prestar as contas de que maneira? Pode ser eletronicamente?

As inovações tecnológicas não têm sido deixadas de lado pelo Tribunal, tanto que os municípios já podem, este ano, prestar as informações eletronicamente. Trata-se do projeto chamado AUDESP e que trará, sem dúvidas, resultados na eficiência da fiscalização.

Ainda assim, é bom lembrar também que, anualmente, os municípios, câmaras e todos os órgãos jurisdicionados recebem a visita de uma equipe de fiscalização do Tribunal, que verifica, no local, a documentação dos atos de despesa, notadamente as de gastos mínimos exigidos – ensino, saúde – e de licitação e contratação. Desta visita resulta um relatório para o processo anual das contas.

Importante ressaltar que as com-

Antonio Roque Citadini: É constante a preocupação de manter informados todos os jurisdicionados. Por essa razão, o TCE-SP organiza ciclo de debates com os dirigentes públicos e políticos

petências do Tribunal estão fixadas na Constituição Federal (artigo 71) e fica claro que a fiscalização dos atos da administração é tarefa privativa do Tribunal, como regra, por iniciativa própria.

Qual a importância desse tipo de atuação do TCE junto aos municípios?

Vê-se que a importância do contato direto está na segurança, pelo fiscalizado, de que não será surpreendido na ação fiscalizadora empreendida pelo Tribunal.

Nos ciclos de debates se possibilita aos dirigentes municipais que tenham esclarecidas as dúvidas pontuais, expondo-as e discutindo-as diretamente com os expositores e com os técnicos do Tribunal.

Neste ano, o Tribunal se preocupou com a interação entre os municípios e, entendendo como fator de facilitação disto, convidou alguns municípios para apresentarem sua forma de trabalho e suas experiências na área do ensino, objetivando uma troca de informações que se tem revelado de muito proveito. Objetivando facilitar, também, às partes envolvidas no julgamento dos processos, este ano, o resultado do julgamento feito pelas câmaras e plenário, nas sessões que ocorrem às terças e quartas-feiras, pode ser obtido em tempo real, pelos interessados, acessando o site do Tribunal (www.tce.sp.gov.br). Isto não só facilita às partes diretamente envolvidas no processo, como também, a qualquer pessoa interessada em conhecer o resultado de determinado processo.

De que forma os municípios podem se integrar mais com o TCE?

A rigor, o Tribunal tem feito sua parte para alcançar inteira integração com os municípios.

Como já disse, nos ciclos de debates deste ano, o Tribunal tem avançado também na facilitação da interação entre os municípios de uma mesma região, ao possibilitar

que haja troca de informações, de experiências, trazendo muito proveito aos participantes.

Aos municípios caberá aproveitar a oportunidade que olhes é dada, em especial nos ciclos de debates, trazendo informações e experiências e as apresentando de modo objetivo, ressaltando, também, as dificuldades que tenha enfrentado e o modo que as superou.

Tem sido muito bem aceita pelos municípios a realização dos ciclos de debates, como se observa pelo comparecimento e pela efetiva participação dos dirigentes municipais.

Nesses ciclos, o Tribunal busca trazer à discussão assuntos de relevância, como os gastos no ensino, notadamente, neste caso, o Fundeb; os gastos na saúde, as exigências da lei de responsabilidade fiscal, as alterações na área da previdência, e outras novidades legislativas que surjam.

A importância do contato direto está na segurança, pelo fiscalizado, de que não será surpreendido na ação fiscalizadora empreendida pelo Tribunal

Qual a atuação do TCE junto aos municípios, na fiscalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb?

O Tribunal tem acompanhado as mudanças havidas na legislação para bem orientar seus jurisdicionados. Não poderia ser diferente na mudança do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação Básica (Fundeb).

O Tribunal acompanha as mudanças que ocorrem na legislação e realiza estudos com a finalidade de traçar diretrizes de fiscalização para a ação dos seus agentes e também busca orientar os fiscalizados.

Qual o parecer do TCE sobre as atuais terceirizações que vêm ocorrendo nos municípios?

Ao efetuar o julgamento de uma contratação, o Tribunal de Contas leva em conta o atendimento aos princípios que regem a administração pública, notadamente os que estão elencados no art. 37 da Constituição Federal, e dizem respeito à legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Assim, se determinada contratação – mesmo sendo terceirização – tiver sido feita atendendo tais princípios, seu julgamento será de regularidade. Do contrário, o Tribunal não chancelará o ato praticado e determinará correções, podendo, conforme o caso, até aplicar sanções ao responsável.

Qual o parecer do TCE sobre as parcerias público-privadas?

As PPPs, como são conhecidas, ainda estão numa fase bastante inicial. O Tribunal de Contas analisa e julga os atos da administração, exercendo o seu papel que é do controle externo, imposto pela constituição.

A verificação sempre é feita tecnicamente e pretendendo conferir a conformação dos atos praticados com o atendimento às regras e princípios constitucionais.

Importante ressaltar que no caso das PPPs, é normal que se tenha bastante rigor em relação eficiência, a qual deverá estar muito bem demonstrada. Significa dizer que os compromissos contratuais assumidos pela iniciativa privada hão de ter sua execução exigida de maneira efetiva para que se consiga ter certeza da conveniência da escolha feita pela administração e dos resultados obtidos no interesse da sociedade.

Viajando ao seu lado

De um lado estão as novas e avançadas tecnologias que colocam o que há de mais moderno sobre as pistas. De outro, o fator humano com equipes treinadas e prontas para atender aos usuários 24 horas, todos os dias.

Assim é a ViaOeste, empresa responsável pela concessão do Sistema Castello/Raposo, por onde trafegam aproximadamente 500 mil veículos por dia. São 162 quilômetros de rodovias, que englobam a Castello Branco (SP 280), a Raposo Tavares (SP 270), a Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e a Dr. Celso Charuri (SP 091).

A ViaOeste está comprometida em oferecer segurança, conforto e fluidez ao tráfego da região, além de exercer um intenso trabalho de orientação aos motoristas em suas viagens. Para isso, a Concessionária investe em obras de grande porte, que trazem benefícios tanto para os usuários quanto para os 15 municípios lindeiros às suas rodovias.

E é desta maneira que a ViaOeste viaja ao seu lado: promovendo a cada dia iniciativas consistentes e realizações inéditas, capazes de fazer a diferença e gerar resultados que são vistos em cada nova viagem.

Centro de Controle Operacional – CCO

Aqui está concentrada toda a inteligência das rodovias. Os dados e as

informações recebidas são processados no Centro de Controle Operacional – CCO. As decisões são tomadas com rapidez e eficiência, a fim de garantir boas condições de atendimento e fluidez ao tráfego.



Atendimento médico

Equipe especializada, composta por médicos, enfermeiros, resgatistas e auxiliares de enfermagem presta socorro médico com atendimento pré-hospitalar 24 horas por dia nas rodovias do Sistema Castello-Raposo.



Telefone de emergência / 0800

Os telefones de emergência da ViaOeste estão instalados, a cada quilômetro, nas rodovias Castello Branco, Raposo Tavares, Dr. Celso Charuri e Sen. José Ermírio de Moraes (Castelinho), totalizando 292 unidades. O serviço 0800 7015555, também está à disposição 24 horas por dia.



Socorro Mecânico Emergencial e Remoção

As equipes de atendimento mecânico emergencial e de remoção de veículo percorrem as rodovias fiscalizando o tráfego, auxiliando usuários, solucionando problemas mecânicos ou elétricos, removendo veículos com paneiras e encaminhando-os para o posto de serviço mais próximo.



Câmeras

São 53 câmeras de monitoramento posicionadas ao longo das rodovias, que captam as imagens e transmitem ao CCO tudo o que acontece em tempo real, por meio do sistema de cabos de fibra ótica, garantindo segurança e agilidade no atendimento.



Equipe

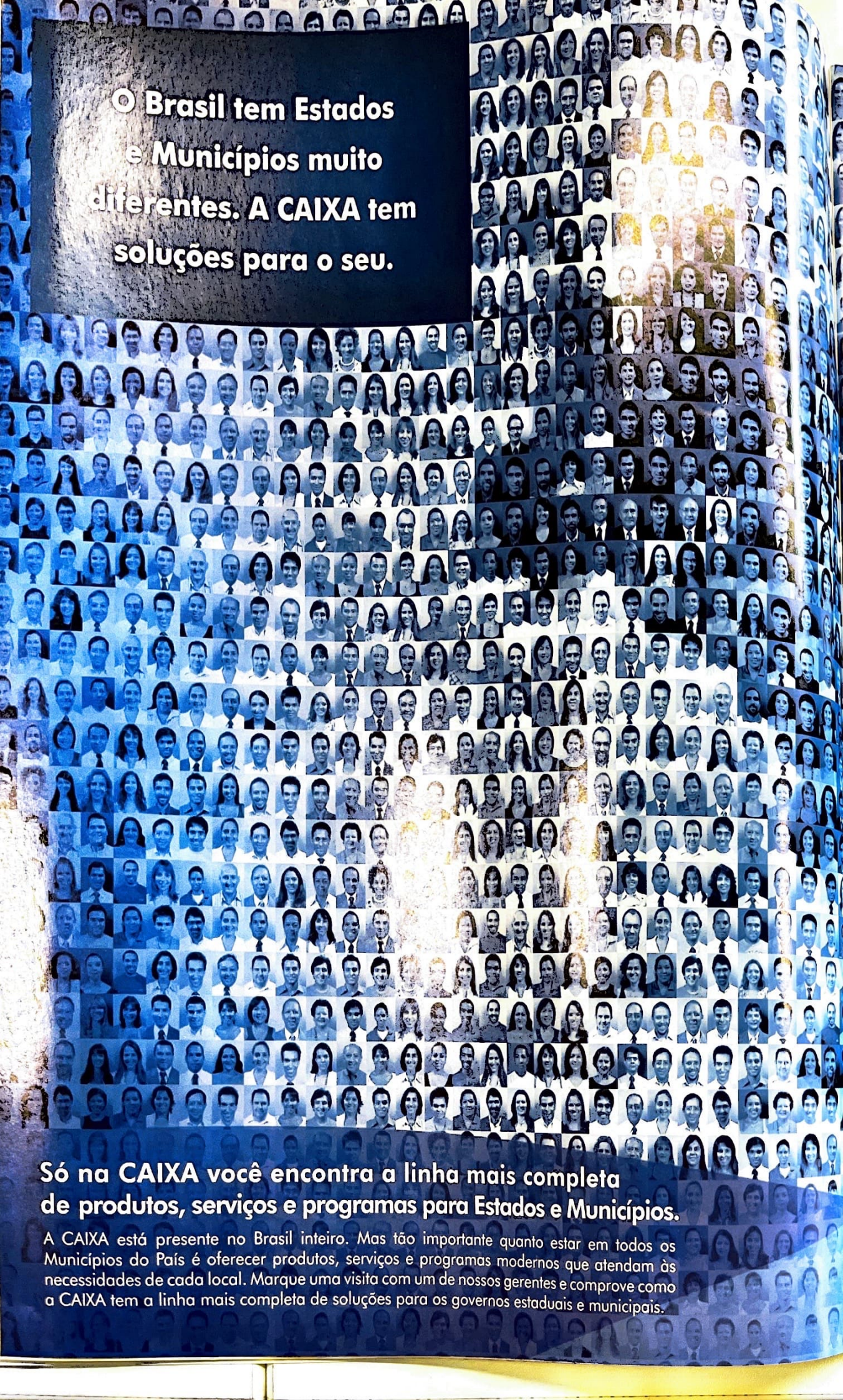
Para a ViaOeste, investir em seu capital humano é muito importante. Mais de 500 colaboradores estão envolvidos diariamente nas atividades da empresa, prestando serviços com soluções rápidas, responsabilidade e cortesia no atendimento.



Serviços que se transformam em benefícios aos usuários.

0800 701-5555 Ligação Gratuita www.viaoeste.com.br

 **ViaOeste**
Sistema



**O Brasil tem Estados
e Municípios muito
diferentes. A CAIXA tem
soluções para o seu.**

**Só na CAIXA você encontra a linha mais completa
de produtos, serviços e programas para Estados e Municípios.**

A CAIXA está presente no Brasil inteiro. Mas tão importante quanto estar em todos os Municípios do País é oferecer produtos, serviços e programas modernos que atendam às necessidades de cada local. Marque uma visita com um de nossos gerentes e comprove como a CAIXA tem a linha mais completa de soluções para os governos estaduais e municipais.



CAIXA



www.caixa.gov.br

Atendimento para estados e municípios CAIXA:

0800 573 0104

Alternativa sem riscos

Parcerias Público-Privadas viabilizam projetos de grande relevância socioeconômica com riscos minimizados para investidores

Por Daniella Turano



O assunto começou a ser debatido em 2004. No entanto, a implantação das PPPs, no Brasil, levou cerca de dois anos. Uma demora natural e justificada. As parcerias público-privadas (PPP) surgiram como uma nova modalidade de contratação pública, a fim de viabilizar investimentos da iniciativa privada em projetos nos casos onde a contratação prevista na Lei de Licitações ou na Lei de Concessões não se mostravam adequadas, e a cobrança de tarifas não era suficiente para a viabilidade do empreendimento. Um conceito mais geral é dado pela Lei Paulista de PPP (Lei 11.688/04), pela qual as Parcerias Público-Privadas são definidas enquanto mecanismos de colaboração entre o Estado e agentes do setor privado, remunerados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados, podendo ter por objeto investimentos em infra-estrutura pública, a



Sidney Beraldo: "Nossa meta é melhorar a qualidade dos gastos e dos serviços públicos e ampliar o acesso da população a esses serviços oferecidos pelo Estado"

exploração de bem público e a prestação de serviço público. Por sua vez, a Lei federal de PPP (Lei 11.079) dá um contorno mais delimitado ao definir as PPPs como contratos administrativos de concessão nas seguintes modalidades:

Patrocinada - Quando a prestação do serviço envolve cobrança de tarifa dos usuários, mas esta não é suficiente para remunerar o projeto, sendo necessário um aporte de recursos do Estado na forma de contraprestações (subsídio ou patrocínio do Estado ao projeto); **Administrativa** - Contrato de prestação de serviços em que a Administração Pública aparece usuária direta ou indireta, ainda que envolva investimentos. Aqui não há cobrança de tarifa e podem ser citados como exemplos hipotéticos casos de presídios, instituições de saúde etc.

Em suma, a partir da Lei Federal 11.079, as PPPs são definidas como casos especiais de contratos de concessão, que não se mostram economicamente viáveis apenas pela cobrança de tarifa dos usuários. O parceiro privado assume obrigações de administração ou prestação de serviços de interesse público, bem como a responsabilidade pelo financiamento e investimento no projeto, e obtém do Poder Público uma contraprestação, cumulada ou não com tarifas, quando houver: "O País tem uma enorme demanda para ampliação da infra-estrutura e da oferta de serviços públicos. Os recursos do Estado para atender adequadamente a esta demanda não são suficientes e a participação da iniciativa privada é fundamental. Neste sentido, as PPPs são um mecanismo importante, viabilizando a participação da iniciativa privada em projetos de alta relevância, mas sem grande viabilidade econômica", explica o vice-governador de São Paulo e secretário de Desenvolvimento, Alberto Goldman. Segundo ele, antes das PPPs era muito difícil viabilizar um projeto público de baixa rentabilidade com a participação da iniciativa. Pela Lei de Concessões, o

subsídio era vetado por mais relevante que fosse o projeto de uma rodovia, ou de um hospital, por exemplo. No entanto, as PPPs envolvem comprometimento de recursos públicos em contratos longos e, dessa forma, a responsabilidade fiscal é um ponto central, no sentido de garantir que exercícios futuros não sejam afetados negativamente por decisões equivocadas. Isto faz com que o processo de avaliação e aprovação de cada projeto de PPP tenha uma densidade maior: "A principal mudança é a consolidação de um arcabouço institucional, regras claras e uma grande disposição por parte do setor público e da iniciativa privada no sentido de viabilizar projetos de grande relevância socioeconômica", diz. "Não há ponto negativo, mas dificuldades geradas pela novidade que este instrumento representa. É necessário tempo para que o Poder Público e os mais diversos agentes da iniciativa privada possam ter domínio e clareza acerca das vantagens, dos procedimentos e até mesmo dos limites das PPPs", completa. Os contratos de PPP podem ser celebrados por todos os entes federados. Isto significa que os municípios dispõem

A Secretaria de Gestão pretende promover o modelo de gestão por resultado e assim implementar formas de mensuração e avaliação periódica dos resultados assumidos pelas instituições públicas do Estado

de um mecanismo interessante para ampliar seus investimentos e serviços com a participação da iniciativa privada. Podem ser realizadas por qualquer esfera de governo. Entretanto, alguns serviços do Estado, como justiça e segurança, são indelegáveis. Na Lei Federal 11.079, há diretrizes e condicionantes que valem para qualquer ente federado, como por exemplo: tempo de contrato entre 5 e 35 anos; valor mínimo de cada contrato de R\$ 20 milhões; ter como objeto único o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública. Todas as PPPs concedidas devem estar em conformidade com a responsabilidade fiscal. A Legislação deixou espaço para que cada ente federado organize respectivos sistemas de fiscalização, monitoramento e controle. No entanto, há exigência de envio de informações para o Senado Federal, para a Secretaria do Tesouro Nacional e para os Tribunais de Contas. No Programa de PPP do Governo do Estado de São Paulo, o Conselho Gestor é a principal instância de aprovação, deliberação e fiscalização de cada projeto.

Por onde começar

A tramitação dos projetos pode se iniciar em qualquer um dos órgãos: Secretarias setoriais, Unidade de PPP, Companhia Paulista de Parcerias (CPP) e Secretaria Executiva do Conselho Gestor das PPPs. Cada órgão participante dessa estrutura possui suas funções específicas:

Unidade de PPP - Opinar sobre a proposta preliminar de projetos de PPP; subsidiar as decisões do Conselho Gestor para deliberação acerca das propostas preliminares; acompanhar a realização de estudos técnicos relativos a projetos de PPP, cuja proposta já tenha sido submetida ao Conselho Gestor; analisar e manifestar-se

formalmente em relação aos estudos realizados; auxiliar o Conselho Gestor na elaboração dos relatórios de atividade do Programa Estadual de PPP; difundir metodologias e conceitos de Parcerias Público-Privadas. Companhia Paulista de Parcerias (CPP) - Conceder garantias, colaborar na implementação do Programa de PPP e apoiar as atividades do Conselho Gestor, contratar estudos técnicos sobre projetos de PPP, opinar sobre a proposta preliminar de projeto de PPP e acompanhar a realização de estudos técnicos relativos a projetos de PPP, manifestando-se formalmente sobre os seus resultados.

Secretaria Executiva - Coordenar a preparação das informações e documentos necessários à análise das propostas preliminares de projetos de PPP que serão submetidas ao conselho gestor; articular-se com a Unidade de PPP, Companhia Paulista de Parcerias (CPP) e os demais órgãos e entidades interessadas. Conselho Gestor - Definir as prioridades e supervisionar as atividades do Programa de PPP; deliberar sobre a proposta preliminar de projeto de PPP, com subsídios fornecidos pelo Secretário Executivo, Unidade de PPP, Companhia Paulista de Parcerias (CPP) e Secretaria Setorial envolvida; solicitar e

definir a forma de contratação de estudos técnicos sobre projetos de PPP, após deliberação sobre a proposta preliminar; aprovar os resultados dos estudos técnicos realizados, após manifestação formal da Unidade de PPP e da Companhia Paulista de Parcerias (CPP); aprovar a modelagem aplicável a cada projeto de PPP; requisitar servidores da administração estadual para apoio técnico ao Programa de PPP ou para compor grupos de trabalho; e deliberar sobre qualquer outra matéria de interesse do Programa de PPP, incluindo a fixação de condições e prazos para atendimento de suas determinações.

"PPPs não são terceirizações"

De acordo com Alberto Goldman, elas excluem a terceirização de mão de obra e as prestações isoladas

“Um ponto que deve ser esclarecido: PPPs não são terceirizações”, explica Goldman. “Tanto a Lei Estadual 11.688/04, como a Lei Federal 11.079/04, excluem do âmbito de PPP a terceirização de mão-de-obra e as prestações singelas ou isoladas”. Um aspecto básico das PPPs reside na duração do prazo de investimentos e serviços. Assim, a terceirização

continua regida no âmbito da Lei 11.079/04. Segundo a Secretaria Executiva, a PPP é uma modalidade de parceria entre o poder público e o setor privado, caracterizada pela duração do prazo de investimentos e serviços, e pela exclusão da mão-de-obra e das prestações singelas ou isoladas.

A celebração desses instrumentos contratuais exigem procedimentos previstos em Leis específicas, de conformidade com a área de atuação, objeto e etc.: das Organizações Sociais (Lei Federal 9637/98 e Lei Complementar Estadual 846/98), das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs (Lei Federal 9790/99, Lei Estadual 11.598/03), Lei Federal 8666/93 e outras.

O princípio dessas contratualizações é a gestão de atividades finalísticas de determinadas áreas de atuação – saúde, cultura, programas sociais, meio-ambiente e muitas outras (não exclusivas da gestão direta do governo), com mais agilidade e qualidade, ou seja: repassar essas atividades para entidades sociais privadas e empresas, mediante a elaboração de plano de trabalho, orçamento e estabelecimento de metas e indicadores de gestão.

Tratando-se de contratualização, é necessário conhecer

“É necessário tempo para que
e os mais diversos
possa



Alberto Goldman:
As PPPs são um mecanismo importante, viabilizando a participação da iniciativa privada em projetos de alta relevância, mas sem grande viabilidade econômica

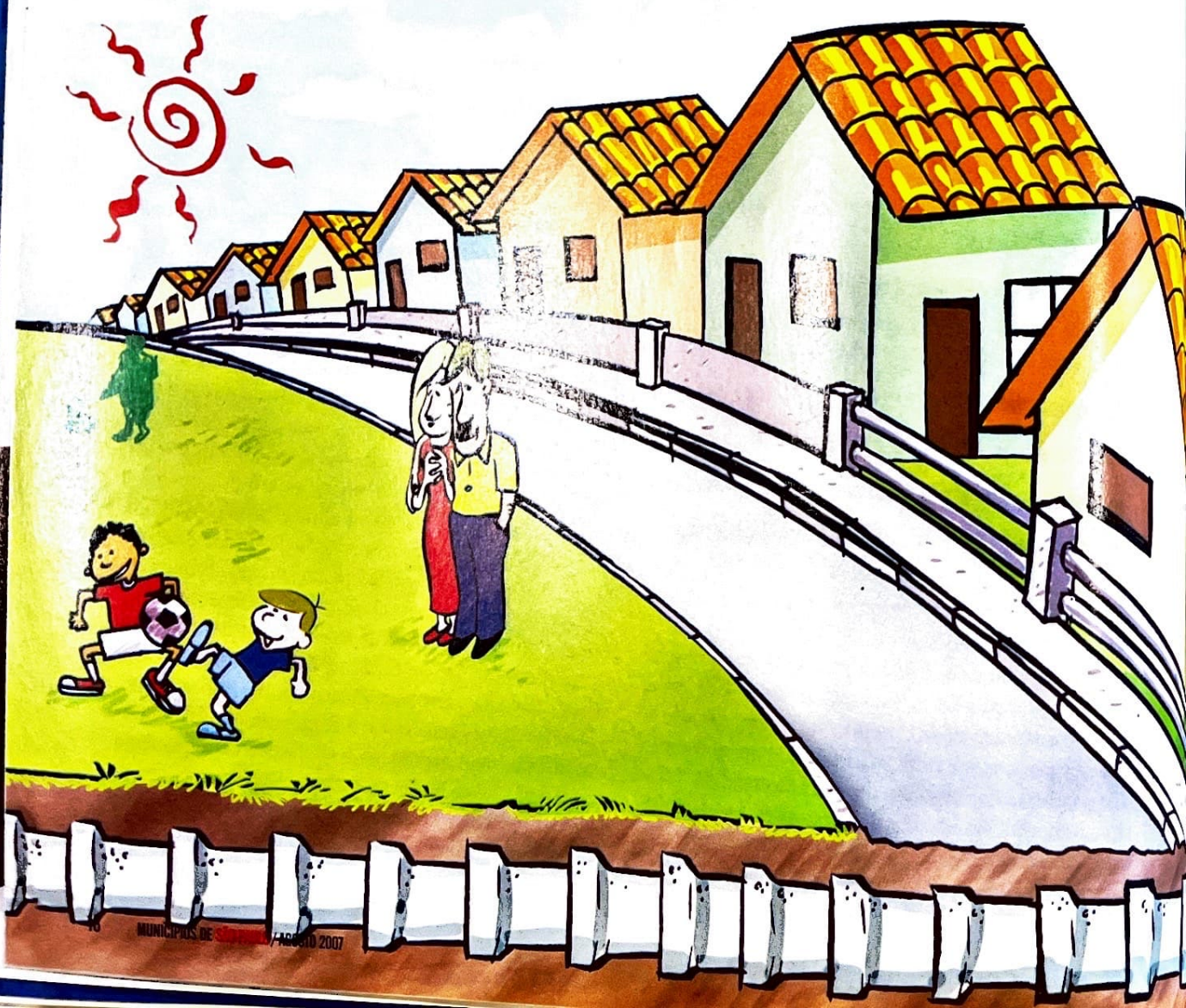
áreas de saúde e cultura através de Organizações Sociais (OSs), que estão apresentando excelentes resultados, além de inúmeros convênios com entidades, nas áreas sociais. As prefeituras já estão adotando esse modelo, em muitas áreas, e sendo capacitadas pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CE-PAM), órgão que presta

assistência técnica, atendendo e orientando os munícipes, os vereadores, e os trabalhadores para a administração municipal. Importante

Saneamento é básico!

Pesquisas revelam que as condições sociais estão
diretamente vinculadas ao saneamento básico e ambiental

Por Daniella Turano



O abastecimento de água potável encanada e a coleta e tratamento de esgotos são essenciais para a saúde e o meio ambiente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as condições sociais estão diretamente vinculadas às questões de saneamento básico. Na falta ou precariedade dele, as internações aumentam e os problemas estruturais agravam-se. No início da década de 80, registrava-se um total de 50,6 óbitos para cada mil nascidos vivos. Naquela época, cerca de 94% da população era abastecida com água, mas ainda com irregularidade. Os serviços do esgotamento sanitário alcançavam apenas 44% da sociedade. Hoje, quando o abastecimento de água está universalizado e com índices de regularidade superiores a 99% (ou seja: em mais de 99% do tempo, 100% das pessoas tem água em suas torneiras) e os índices de coleta de esgotos chega a 78% dos lares paulistas, sendo que mais de 60% destes recebem tratamento e disposição final adequada, o índice de mortalidade infantil é de 14,2 óbitos/mil nascidos vivos. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), para cada dólar investido em saneamento, outros cinco são economizados em saúde curativa. A mensagem dessa afirmação é clara: recursos alocados em sistemas de saneamento reduzem internações e, conseqüentemente, preservam vidas.

Contudo, não somente neste aspecto, da saúde, é possível verificar o quanto o saneamento é fundamental para uma sociedade sustentável: “Os empreendimentos de saneamento geraram, direta e indiretamente, mais de 1,6 milhão de empregos nos últimos 12 anos. Isso sem contar o fato de que a qualidade e a regularidade dos serviços de saneamento são fatores de decisão empresarial, ou seja, para a escolha do local de implantação de uma nova fábrica ou de uma nova planta industrial, as empresas levam em consideração a questão da água – o que acaba por criar mais empregos e movimentar a economia da região”, explica a Secretária de Estado de Saneamento e Energia, Dilma Pena. Por exigir uma grande rede de água e esgotos no equipamento urbano, além de um elevado investimento em obras e constantes melhoramentos, esse tipo de serviço é invariavelmente

monopolista em todos os países do mundo, e pode ser prestado por empresas estatais ou públicas. Os serviços oferecidos pela Secretaria Estadual de Saneamento e Energia, por intermédio da Sabesp, concessionária de serviços de saneamento básico do Estado de São Paulo, têm incidência direta na saúde e qualidade de vida da população. A curva descendente da taxa de mortalidade infantil na Região Metropolitana de São Paulo é seguramente o dado mais eloqüente do benefício que a ampliação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos trazem para a saúde pública nos últimos anos. Mas, infelizmente, os números ainda são elevados. Grande parte das doenças infecto-contagiosas tem a via hídrica como seu principal instrumento de contágio. A solução para isso existe e é conhecida: investimentos em sistemas de qualidade da água distribuída à população e em sistemas de coleta e tratamento de esgotos. Para a Sabesp, referência nacional e modelo internacional no setor, esta preocupação é integral. Diariamente são realizadas inúmeras coletas e análises de amostras da água entregue a

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), para cada dólar investido em saneamento, outros cinco são economizados em saúde curativa

25 milhões de pessoas em todo o Estado, a fim de assegurar que a mesma água que sai das estações de tratamento seja a que chega às casas das pessoas. Todos os laboratórios são certificados pelas mais rigorosas normas internacionais para garantir que o produto entregue seja sinônimo de saúde e qualidade: “Temos plena consciência de que a população, quando bem informada, quando educada, faz a sua parte, colabora e contribui. Por isso, a Sabesp realiza de forma permanente campanhas de incentivo à limpeza de caixas d’água e reservatórios domiciliares; pesquisa de vazamentos, economia e combate ao desperdício e de valorização da ligação domiciliar de esgotos – uma das nossas maiores batalhas”, diz a secretária. “Fazer a conexão do imóvel à rede coletora implantada é uma responsabilidade individual, de cada família. Quando se relega esta simples ação a um segundo plano, os esgotos são lançados diretamente nas vias públicas, nas galerias de águas pluviais e acabam caindo, in natura, nos córregos e rios, gerando

doenças e degradando o meio ambiente. Hoje em dia, mais do que nunca, uma negligência inaceitável", completa. A Sabesp é responsável pelo Projeto Tietê, um dos maiores programas de saneamento ambiental do Brasil. Seu objetivo é coletar e tratar os esgotos de cerca de 18 milhões de pessoas da Região Metropolitana de São Paulo, melhorando as condições ambientais e de saúde pública. A idéia é que a cidade tenha 84% de seus esgotos coletados e 70% com tratamento e disposição final adequadas. Com o crescimento urbano, trechos do Rio Tietê foram alterados, marginais foram construídas ao seu redor e muito esgoto e outros tipos de poluentes foram lançados, ocasionando sua degradação. Numa tentativa de despoluição, desde 1998, foram construídas estações que recebem os esgotos coletados e devolvem os efluentes tratados ao meio ambiente. As obras continuam e o programa encontra-se na segunda etapa, prevista para acabar em 2008. Nesta fase, quanto maior for o número de integrações e ligações às redes oficiais, maior será o benefício às condições do rio Tietê e seus afluentes, pois o lançamento de esgotos "in natura" será impedido pela conexão de redes e instalações de tratamento.

SANEAMENTO REGULADO

A Sabesp atua em 367 de 645 municípios do Estado, inclusive na capital de São Paulo (dados de janeiro/2007). Atende a 25 milhões de habitantes em serviços de água e esgoto e, de acordo com a Mase Water Yearbook 2004/2005, é considerada a sexta maior operadora de serviços de água e esgoto do mundo. Nos 278 municípios restantes, atuam 17 empresas privadas e públicas, mas na maior parte do Estado os serviços ainda são prestados por autarquias municipais e departamentos ligados diretamente às prefeituras, até hoje responsáveis pelo planejamento e pela tarifação dos serviços.

Essa realidade deverá ser afetada pelo novo marco regulatório de saneamento, aprovado no início deste ano, especialmente no que se refere à regulação dos serviços, que deverá ser efetuada por uma entidade autônoma e independente.

A agência, que será responsável pela regulação dos serviços básicos de saneamento, energia e gás canalizado em São Paulo, deverá se chamar ARSESP, sigla para a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, e promete reforçar o papel do Estado na manutenção da qualidade e no aumento da eficiência na prestação de serviços públicos de saneamento e energia, em benefício de todos os usuários.

O novo sistema terá influência direta no reajuste de tarifas. As decisões relacionadas ao consumo deverão ser negociadas e aprovadas pelo órgão do estado, vínculo que assegura tranquilidade aos atuais e futuros investidores.

A nova proposta também permitirá a adequação da política e das ações estaduais no campo do saneamento à

Lei Federal no. 11.445, recém-editada, que dá as diretrizes gerais para o setor. A ARSESP deverá atuar num ambiente de cooperação entre o estado de São Paulo e os municípios paulistas, regulando os aspectos técnicos e econômicos da prestação de serviços e também fiscalizando o cumprimento das metas de atendimento, dos custos e investimentos previstos nos contratos de concessão ou de programa.

Dentre outras coisas, com a nova lei, municípios e Estados terão de elaborar planos de saneamento, na maioria dos casos deverão existir entes reguladores independentes, e ainda todas as relações entre os titulares dos serviços e as empresas prestadoras deverão ser contratualizadas.

O novo marco legal para o setor determinou a separação das funções de regulação e fiscalização da atividade

"As empresas levam em consideração a questão da água, movimentando a economia da região" Dilma Pena, Secretária de Estado de Saneamento Básico

de prestação dos serviços. Ou seja, quem presta o serviço não pode mais regulá-lo. Para atender a esta determinação deverão ser criados entes e agências reguladores, que não poderão se confundir com os operadores dos serviços.

O objetivo da Secretaria é, ao mesmo tempo, adequar o Estado de São Paulo ao novo marco regulatório do saneamento e dar mais autonomia e transparência ao trabalho de regulação dos serviços, com a divulgação de atos na Internet, consultas e audiências públicas, avaliação dos planos e diretrizes das companhias e participação da sociedade, usuários e prestadores nos Conselhos de Orientação de Saneamento e de Energia.

Ainda, na linha da cooperação entre estados e municípios para atender as demandas da Lei, a proposta do estado para a ARSESP prevê, inclusive, a criação de Conselho de Orientação para o saneamento, que deverá contar com forte participação das municipalidades.

A ARSESP estará disponível para toda a sociedade, com especial atenção aos usuários dos serviços, que a procurem individualmente ou por meio de associações, e também aos prestadores de serviços, sindicatos e entidades dos setores regulados.

Os usuários dos serviços de energia e saneamento que sentirem necessidade de buscar informações, esclarecerem dúvidas ou encaminhar questões ou reclamações poderão fazê-lo por meio de carta, fax, e-mail, ou telefonema à ARSESP.

SEU MUNICÍPIO RUMO AO FUTURO E A MODERNIDADE



Internet Sem Fios Comunitária O próximo passo para a Inclusão Digital

Através das soluções de comunicação da D-Link seu município pode muito mais. Pode permitir que todos os habitantes se conectem através da internet sem fios. Pode ficar mais seguro através da vigilância monitorada. Pode economizar nos gastos com telefonia através da comunicação VoIP.

Com D-Link o avanço tecnológico do seu município se torna realidade.

Fale com a D-Link: 61 3326 2500 ou governo@dlink.com.br

A D-Link apóia:



Multiplique
suas
Possibilidades

D-Link®
Building Networks for People

www.dlink.com.br



Interior paulista realiza a 51ª edição dos Jogos Regionais

Evento contribui para o desenvolvimento das cidades, movimentando o comércio e expõe o potencial turístico

Por Luiz Campos Júnior

De 2 a 29 de julho, o interior de São Paulo foi palco para a realização da 51ª edição dos Jogos Regionais, um dos maiores e mais tradicionais eventos esportivos do Estado. Realizados em oito regiões esportivas, em 2007 as cidades-sedes dos Jogos foram Bragança Paulista, Ilha Solteira e São Roque, que promoveram a competição entre os dias 2 e 15 de julho, e Ubatuba, Barretos, Guarujá, Osvaldo Cruz e São Manuel, com disputas de 16 a 29 do mesmo mês.

Cada um dos municípios anfitriões recebeu delegações de cerca de 40 cidades, média de 7 mil participantes entre atletas

e integrantes de comissões técnicas, que disputaram provas em mais de 20 modalidades, desde as mais tradicionais como Atletismo, Basquetebol, Handebol, Karatê, Judô, Natação, Tênis de Mesa e Campo, Voleibol, Ciclismo, Futebol de Campo, até as não olímpicas, como Xadrez e Malha. Além disso, cada cidade-sede selecionou duas modalidades extra para integrarem a competição.

José Carlos Finotti, diretor do departamento de Esporte e Lazer da prefeitura de São Roque, sede dos Jogos na 8ª Região Esportiva, afirma que trazer um evento deste porte para o município contribui

para o desenvolvimento da cidade, principalmente pela movimentação no comércio e pela exposição do potencial turístico. "Além disso, é mais um incentivo aos jovens a praticarem esportes", conclui o diretor.

Mas para organizar uma disputa esportiva comparada aos Jogos Pan-americanos, em número de participantes, é necessária uma infra-estrutura mínima e de qualidade para os dirigentes, atletas e profissionais envolvidos. Por isso, todos os municípios que sediaram o evento realizaram obras em diversos setores, desde alojamentos até complexos esportivos, com verbas municipais e de repasse do governo estadual, que monitorou o planejamento e ofereceu suporte técnico.

INVESTIMENTOS

A Secretaria de Esporte e Lazer de Ubatuba divulgou investimento de cerca de R\$ 3,5 milhões por parte da prefeitura, em diversas obras de infra-estrutura esportiva, como ginásios, a piscina e o estádio municipal. São Roque injetou cerca de R\$ 7 milhões, aplicados na recuperação de ginásios, quadras, campos e outras praças esportivas, assim como na reforma e construção de escolas que funcionaram como alojamentos.

Além de proporcionar as melhores condições para a atuação dos atletas, todas as obras ficam à disposição dos habitantes que, com o fim dos Jogos, poderão utilizar a infra-estrutura recuperada e construída para desenvolver ainda mais a prática esportiva no município, motivada após a maratona de competições.

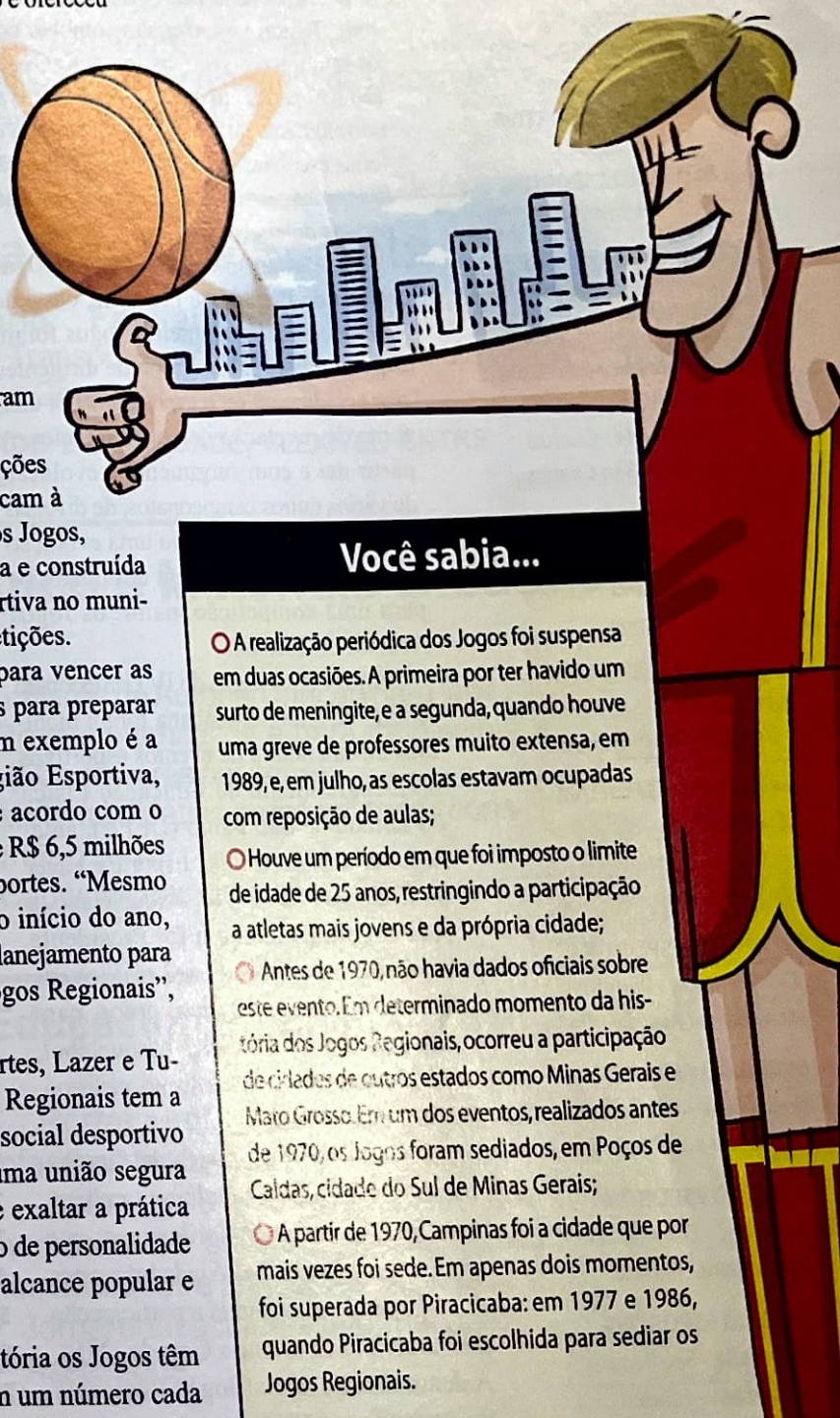
E como trata-se de uma competição, para vencer as equipes participantes não medem esforços para preparar e levar os melhores atletas e equipes. Um exemplo é a cidade de Americana, campeã da 4ª Região Esportiva, com sede em Bragança Paulista, que, de acordo com o prefeito Erich Hetzl Júnior, investe cerca de R\$ 6,5 milhões do orçamento anual do município em esportes. "Mesmo passando por mudanças e adequações no início do ano, fizemos um cronograma de trabalho com planejamento para que tivéssemos bom desempenho nos Jogos Regionais", diz o prefeito.

De acordo com a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, os Jogos Regionais tem a finalidade de desenvolver o intercâmbio social desportivo entre os atletas amadores, estabelecer uma união segura entre a comunidade e o poder público e exaltar a prática desportiva como instrumento de formação de personalidade da juventude, em um evento de grande alcance popular e bom nível técnico.

Prova disso é que durante toda a história os Jogos têm alcançado seus objetivos, contando com um número cada vez maior de atletas e de municípios inscritos, e sendo palco

para revelação de talentos que entraram para a história do esporte brasileiro, como Hortência e Paula, no basquete; Aurélio Miguel, no Judô; Cláudio Kano, no Tênis de Mesa; entre muitos outros.

Pelo lado econômico, as cidades-sedes também garantiram um desempenho digno de medalha de ouro. Com os municípios colocados em evidência, o turismo aumentou consideravelmente, bem como a movimentação no comércio. Como exemplo, segundo estimativas da prefeitura de São Roque, a realização dos Jogos Regionais proporcionou um movimento cerca de R\$ 2 milhões na economia local.



Você sabia...

- A realização periódica dos Jogos foi suspensa em duas ocasiões. A primeira por ter havido um surto de meningite, e a segunda, quando houve uma greve de professores muito extensa, em 1989, e, em julho, as escolas estavam ocupadas com reposição de aulas;
- Houve um período em que foi imposto o limite de idade de 25 anos, restringindo a participação a atletas mais jovens e da própria cidade;
- Antes de 1970, não havia dados oficiais sobre este evento. Em determinado momento da história dos Jogos Regionais, ocorreu a participação de atletas de outros estados como Minas Gerais e Mato Grosso. Em um dos eventos, realizados antes de 1970, os Jogos foram sediados, em Poços de Caldas, cidade do Sul de Minas Gerais;
- A partir de 1970, Campinas foi a cidade que por mais vezes foi sede. Em apenas dois momentos, foi superada por Piracicaba: em 1977 e 1986, quando Piracicaba foi escolhida para sediar os Jogos Regionais.

Um pouco da história dos Jogos Regionais

Próximas sedes dos Jogos Regionais, em 2008

- 1ª REGIÃO ESPORTIVA
Osasco
- 2ª REGIÃO ESPORTIVA
Caraguatatuba
- 3ª REGIÃO ESPORTIVA
Lins
- 4ª REGIÃO ESPORTIVA
Rio Claro
- 5ª REGIÃO ESPORTIVA
Jaboticabal
- 6ª REGIÃO ESPORTIVA
Votuporanga
- 7ª REGIÃO ESPORTIVA
Tupã
- 8ª REGIÃO ESPORTIVA
Indefinida

Conheça as cidades vencedoras da 51ª edição dos Jogos Regionais por região

- 1ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - Guarujá
Vencedora - **São Caetano**
- 2ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - Ubatuba
Vencedora - **São José dos Campos**
- 3ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - São Manuel
Vencedora - **Piracicaba**
- 4ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - Bragança Paulista
Vencedora - **Americana**
- 5ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - Barretos
Vencedora - **Araraquara**
- 6ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - Ilha Solteira
Vencedora - **S.J. Rio Preto**
- 7ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - Osvaldo Cruz
Vencedora - **Marília**
- 8ª REGIÃO ESPORTIVA
Cidade-sede - São Roque
Vencedora - **Jundiaí**

Disputados pelas cidades do interior do Estado de São Paulo e realizados anualmente pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, em conjunto com os municípios-sede, os Jogos Regionais são realizados em oito regiões esportivas, normalmente no mês de julho, período de férias escolares que possibilita a utilização das instituições de ensino como alojamento para as delegações.

Essa tradição começou em 1950, na cidade de Presidente Prudente, oeste do Estado, onde os primeiros jogos foram organizados por um grupo de dirigentes que acreditaram ser o esporte amador uma fonte de revelação de novos talentos. A partir daí e com surgimento e evolução de vários outros campeonatos, de diversas regiões paulistas, ocorreu uma evolução que os transformaram em eliminatórios para uma competição maior: os Jogos Abertos do Interior.

Em 1953, os Jogos do IV Campeonato Aberto da Alta Sorocabana foram incluídos no calendário de eventos esportivos do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEFE), atual Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo. Naquele ano, a sede escolhida também foi Presidente Prudente, que recebeu 1,2 mil jovens representantes de 22 municípios, para a disputa das modalidades basquetebol, voleibol, tênis de mesa, atletismo, ciclismo, xadrez e beisebol.

Paralelamente aos Jogos da Alta Sorocabana, o DEFE oficializou também, em 1953, os II Jogos Nordestinos, que reuniram em Araçatuba 16 cidades e cerca de mil atletas, tendo ainda a participação do município de Campo Grande (MS). A denominação oficial Jogos Regionais foi instruída em 1956, quando surgiram

também os Jogos do Vale do Paraíba, oficializados em 1957, e tiveram como primeira sede São José dos Campos.

Ainda em 1957, com autorização do então governador Jânio da Silva Quadros, os Jogos Nordestinos foram realizados fora das fronteiras do Estado, na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, com a participação de dezenove cidades. Na época, os Jogos de Araraquarense aconteceram em São José do Rio Preto e, embora sem caráter oficial, contaram com a colaboração direta do DEFE.

Em 1958, a região do Araraquarense teve seu certame oficializado e, em caráter experimental, o DEFE organizou os Jogos da Paulista e Alta Paulista e da Média e Alta Mogiana. No ano seguinte, o calendário contou com os Jogos das regiões Alta Sorocabana, Nordestinos, Vale do Paraíba, Araraquarense, Média e Alta Mogiana, Paulista e Alta Paulista.

Na seqüência, mais duas regiões foram integradas, a sul e o litoral e a partir de 1984, os Jogos Regionais passaram a ser disputados em seis zonas: Zona Norte; Zona Leste; Zona do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Zona Sudeste; Zona Sudoeste; Zona centro oeste. Mas foi em 1988 o ano em que o formato atual dos Jogos Regionais surgiu pela primeira vez, com divisão por Regiões Esportivas e, atualmente, com a emissão da Portaria G. CEL 08/2004, os Jogos são divididos em 8 oito regiões esportivas:

- 1ª REGIÃO ESPORTIVA: Grande São Paulo
- 2ª REGIÃO ESPORTIVA: São José dos Campos
- 3ª REGIÃO ESPORTIVA: Bauru
- 4ª REGIÃO ESPORTIVA: Campinas
- 5ª REGIÃO ESPORTIVA: Ribeirão Preto
- 6ª REGIÃO ESPORTIVA: São José do Rio Preto
- 7ª REGIÃO ESPORTIVA: Presidente Prudente
- 8ª REGIÃO ESPORTIVA: Sorocaba

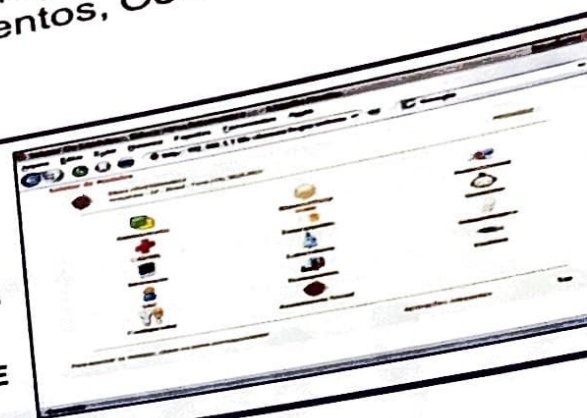


Cantor Teodoro

Fone (18) 3333-3333

Gestão da Educação:

✓ Demanda, Secretaria, Remoção de Professores, Bibliotecário, Gerenciador de Documentos, Controle de Eventos, Estoque e Merenda.



Integração com a Saúde e Social:

✓ Almoxnarifado, Ambulatório, Faturamento, CADSUS, Odontológico, Social, Vacinas, Transporte, Zoonozes, Vigilância Sanitária, Laboratório, Internação e Gerencial.
(SOLUÇÃO PARA WEB - MOBILIDADE E FACILIDADE, FLEXÍVEL ENTRE PLATAFORMAS E BANCO DE DADOS)

Pedagógico e Materiais Didáticos:

✓ Software de Autoria/Criação para web;
✓ Projetos temáticos e para as disciplinas (50 softwares por série);
✓ Material didático personalizado (construímos o seu);
✓ Capacitações e qualificações;



Portal - Publicidade Educacional - Ensino Virtual - Inclusão Digital

✓ Portal educacional integrando professores - alunos - família - escola;
✓ Aulas pré programadas com vinculação de softwares pedagógicos, sites avaliados e sugestões - atividades;
✓ Jornal educacional e informações;
✓ Assessoria.



www.educaativa.com.br



Livre acesso: um direito de todos

Projetos e revitalizações com normas padronizadas prevêm maior acessibilidade e conforto para pedestres, portadores de deficiência física e pessoas com mobilidade reduzida

Por Daniella Turano

Entre outros projetos de inclusão, as calçadas regulares, além de tornarem a caminhada de todos mais segura, facilitam o trânsito de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, ou seja, são uma prova de respeito ao próximo. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam um contingente de 25 milhões de pessoas nesta situação: 15% da população. São cidadãos que, assim como quaisquer outros, merecem o direito de locomoção com autonomia, independência e segurança, permitindo seu fortalecimento social, político e econômico.

Investir em acessibilidade é, portanto, fundamental, e isso inclui planejamento das edificações, da sinalização do trânsito, das calçadas, dos veículos de transporte urbano e outros equipamentos das cidades.

Pensando nisso, a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida passou a trabalhar num serviço inclusivo com condições reais: "Faltava conhecer para executar, faltava in-

tegração de ações com mais estratégia. Não bastava ter calçadas rebaixadas com rampa de acesso que dava de frente para o poste, piso tátil mal posicionado ou calçada adequada sem piso tátil. Nossa primeira ação foi planejar", explica o Secretário Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Renato Correa Baena. "Foram feitos mapas de mobilidade e, a partir disso, a reconstrução das calçadas com rotas de acessibilidade e não apenas para embelezamento urbano", completa. Em seguida, surgiu um projeto complementar, o Passeio Livre, afim de criar política pública, com legislação para regulamentar a questão das calçadas e definir de quem era a responsabilidade delas. O Passeio Livre objetiva a recuperação das calçadas, com a implementação de um novo conceito de passeio público: calçadas padronizadas, com o mobiliário urbano organizado e utilizando material que melhore a drenagem, essencial numa cidade com tantos problemas relacionados a enchentes. Essa adequação, baseada nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garante a sua função principal: a livre circulação de pedestres, incluindo pessoas com deficiência, gestantes, idosos, facilitando também o transporte de carrinhos de bebê, de compras e malas sobre rodinhas. O programa foi iniciado com a formação da Comissão de Análise do Passeio Público, envolvendo 29 entidades e 7 Secretarias, em janeiro de 2005. Esta comissão elaborou o decreto 45.904/05, que estabelece as normas de acessibilidade, as dimensões e materiais adequados para implantação de calçadas e uma forma de parceria com a iniciativa privada para reconstruir calçadas. De acordo com a legislação, as calçadas com mais de 20% da sua área comprometida devem ser totalmente reformadas e adequadas ao novo padrão arquitetônico determinado pelo Decreto nº 45.904, de maio/2005. Em novembro de 2005, as subprefeituras iniciaram a recuperação dos passeios dos próprios municípios, adotando o desenho padrão da prefeitura: blocos intertravados de cores distintas (cinza, cinza escuro e vermelho), compondo as faixas de diferenciação de usos nas calçadas. Para cada tipo de via, existe um material padrão sugerido. Esse material, além de deixar a calçada mais bonita, tem alta durabilidade e preço competitivo. Os blocos são encaixados e removíveis, permitindo a penetração da água entre eles, evitando assim, que formem poças ou enchentes. Por ser estruturado em blocos, facilita a retirada, caso seja necessário mexer no subsolo, evitando os remendos e a produção de entulho. Todo o material é reaproveitado. Para que a padronização e a acessibilidade dos passeios atinjam toda a cidade, as calçadas dos imóveis particulares também devem ser reformadas. O proprietário do imóvel, comercial ou residencial, é responsável pela conservação, manutenção e reforma da sua calçada. Calçadas em situação irregular ou em mau estado de conservação são passíveis de multa.

No último mês de maio, cada subprefeitura envolvida no Passeio Livre definiu a sua via estrutural prioritária para execução de troca da calçada existente pelo modelo padronizado. Além dessas vias, algumas ruas comerciais serão revitalizadas através de parcerias da Prefeitura com os representantes dos lojistas. Neste caso, são vias em que a comunidade demonstra interesse pela parceria. Após esse primeiro contato são feitas reuniões técnicas onde é definida a abrangência do termo de cooperação. A prefeitura faz também a aprovação técnica do projeto para garantir que a calçada atenda às normas técnicas. Nos meses de junho a agosto, serão feitas as medições finais, licitações e conseqüentemente o início das obras. Estas vias foram escolhidas numa parceria entre a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida que utilizaram um sistema de geoprocessamento, onde foi possível detectar na cidade os locais com maior fluxo de pedestres: "Estamos elaborando outras propostas que não

**15% da população brasileira é formada
por portadores de necessidades especiais,
de acordo com IBGE**

dependem só do poder público, mas exploram parcerias com os setores privados. Esse projeto ainda está tramitando, não foi submetido à câmara", conta Baena.

Segundo ele, um dos fatores mais importante é que, mesmo com boa vontade as pessoas não conseguem executar o que as normas dizem. Por isso, a Secretaria criou outras formas de cultura de acessibilidade: livro, software, programa e curso com certificação em regime de educação continuada. "A certificação do curso ajuda a homogeneizar a forma como a sociedade e a prefeitura vêem as coisas, além de criar um estímulo a mais. Estamos prontos para treinar multiplicadores de forma a incentivar a transmissão de mais conhecimentos culturais e técnicos", diz o secretário. "Já treinamos técnicos da prefeitura e estamos fechando parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea)."

O livro, em formato virtual, está disponível para download no site da secretaria (http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida). Os municípios interessados no curso podem entrar em contato com a Secretaria e terão todo o apoio e material gratuito: "Procuramos trabalhar não só com vistoria ou multa, mas educando e informando, para criar bons exemplos", finaliza.

Novos rumos

Associação Paulista de Municípios inaugura sua nova sede em prédio desvinculado do governo

Por Stela Martins

Em seus 59 anos de existência, a Associação Paulista de Municípios (APM) tem cumprido seu papel político na sociedade, assessorando prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em questões administrativas e jurídicas. Como entidade suprapartidária, a APM cumpre seus dois grandes objetivos: a defesa da ideologia municipalista e o aprimoramento técnico dos responsáveis pela gestão pública municipal.

Mas, neste ano, ela também passa por um aprimoramento próprio: sua mudança de sede para a Rua Major Sertório, 128, no 9º andar. O novo local atende as expectativas da entidade, pois a nova estrutura foi modelada especificamente para atender, da melhor maneira possível, os associados. Uma novidade é a sala destinada aos líderes municipalistas, que possui uma estrutura de telefonia e informática de ponta para atender às necessidades desse público enquanto estiverem em São Paulo.

Instalada desde 2005 no 13º e 14º andares do prédio que era de uso da Secretaria da Saúde e da Procuradoria do Estado, a Associação Paulista de Municípios mudou de endereço para ceder espaço à Secretaria de Estado da Educação. Por determinação do Governador José Serra, agora, o prédio da Avenida São Luiz, 99, será utilizado exclusivamente por esta Secretaria.

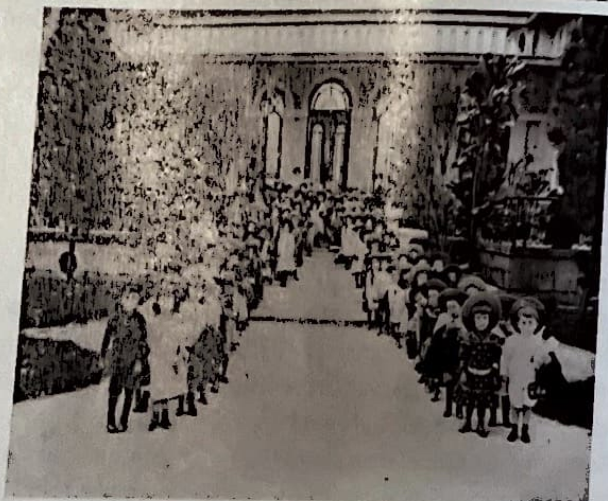
“Esta desvinculação do prédio do governo reforça nossa independência e imparcialidade no movimento municipalista. Apesar das mudanças, nossas atividades continuam com o mesmo dinamismo de sempre e só tendem a melhorar”, explica o presidente da APM, Marcos Monti.

A Secretaria de Estado da Educação também mudou de endereço devido a um fato importante para a história educacional da cidade de São Paulo:

FOTOS: DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE SÃO PAULO



Colégio Caetano de Campos na década de 1930



a volta da Escola Estadual Caetano de Campos, localizada hoje em dois endereços – Aclimação e Consolação –, para a Praça da República.

Para o presidente da APM, esse retorno da Escola para seu local de origem (veja história no box) é uma mostra do importante trabalho que tem sido desenvolvido aos anos para a revitalização do centro de São Paulo. “Consideramos essa revitalização primordial para a cidade. Prova disto é nossa escolha de permanecer com a sede na região central da capital”, afirma Marcos Monti.

UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS

A inauguração da sede em um novo endereço, desvinculado do governo, é mais uma conquista para a Associação Paulista de Municípios que, no próximo ano, completa 60 anos de muita história. Nascida em 30 de outubro de 1948, a partir de um movimento

denominado Bandeira dos Prefeitos, a APM foi institucionalizada como entidade representativa dos líderes municipalistas do Estado de São Paulo. Além disso, também participou do processo de fundação de entidades congêneres na grande maioria dos Estados de todo o País.

Sua força de congregação dos líderes municipalistas pode ser notada a partir das conquistas alcançadas com os movimentos nacionais e estaduais para as mudanças da Legislação, principalmente Constitucionais, em prol dos próprios Municípios. “O fato de, em 2008, completarmos 60 anos de existência mostra a importância, o respeito, a história e o trabalho de muitos líderes municipalistas na defesa dos Municípios e no engrandecimento da APM”, observa o presidente da entidade.

Hoje, a Associação Paulista de Municípios tem assento garantido em dezenas de Conselhos, com destaque para o Estadual de Meio Ambiente (Consema), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e os de Consumidores das Companhias de Energia Elétrica – Bandeirantes, CPFL, Elektro, Eletropaulo e Piratininga. Além

disso, está presente, constantemente, nas discussões dos grandes temas de repercussão em assuntos municipais, a convite das diversas Comissões do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa.

“O objetivo da APM é a defesa dos Municípios, assim, nossas lutas sempre são concentradas para que os Municípios tenham maior capacidade para atender suas demandas. Aproveitaremos esse momento de comemoração para mostrar nossas conquistas, nossas lutas e, principalmente, mostrar o quanto os Municípios vêm contribuindo para o engrandecimento deste País”, ressalta Marcos Monti.

Escola modelo para São Paulo

A Escola Estadual Caetano de Campos nasceu em 1846, a partir das determinações do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que conferia às províncias a atribuição de legislar sobre a instrução pública, inclusive criando estabelecimentos próprios para este fim. Assim, foram fundadas as primeiras Escolas Normais nas diversas províncias – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Seu primeiro prédio foi construído junto à Catedral do Largo da Sé. Ao longo de sua história, a escola chegou a ser extinta duas vezes e mudou diversas outras de prédio. Em 1875, por exemplo, instalou-se junto à Escola de Direito do Largo São Francisco, em um edifício que, mais tarde, sediaria a Câmara Municipal.

Em 1894, cinco anos após a proclamação da República, a Escola Normal de São Paulo foi instalada em um edifício especialmente construído na Praça da República. A partir de então, seu nome foi modificado algumas vezes. Primeiro, foi renomeada como Escola Normal da Praça da República; em seguida, recebeu o nome de Instituto de Educação Caetano de Campos; e, posteriormente, se tornou conhecida como EEPSP Caetano de Campos.

A mudança para a Praça da República em 1894, bem como sua saída em 1978, caracterizaram momentos significativos no estudo da relação da escola com a cidade. A construção de um prédio escolar na Praça da República assumiu um significado especial nos rumos que a educação tomava no País e, em particular, na província de São Paulo, como também afirmou o rumo de crescimento da cidade.

O prédio novo da Escola Normal, instalado na Praça da República, tornou-se símbolo da República e fixou-se como referência e pólo difusor de teorias científicas e pedagógicas. O conceito de Escola Modelo foi aplicado à Escola Normal, tanto para alunos de 11 a 14 anos como para as crianças menores, no jardim-de-infância, que se situava nos fundos da edificação.

Após ser desocupado, em 1978, o edifício da Praça da República sofreu obras de restauração e revitalização para adaptá-lo a sua nova condição, como sede da Secretaria de Estado da Educação.



Da esq. para a dir.: Victor Mirshawka, diretor cultural da Faap; Samir Mauricio de Andrade, secretário da Administração e Recursos Humanos de Indaítuba; Marcos Monti, presidente da APM; e Antonio Sérgio Baptista, coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM

SEM DÚVIDAS

APM promove palestra sobre Super Simples, Reforma Tributária e Confaz na Fundação Armando Álvares Penteado

Por Iara Martins

A Associação Paulista de Municípios (APM) promoveu no dia 12 de julho um curso sobre o Super Simples e Reforma Tributária e realizou a Implantação do Conselho Nacional de Secretários da Fazenda Municipais do Estado de São Paulo, o Confaz-M-SP. Realizado no Auditório I da fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), o evento reuniu 31 representantes de cidades paulistas, entre secretários, diretores e técnicos municipais de Fazenda, Finanças e Contabilidade.

Os trabalhos do curso foram abertos pelo presidente da APM, Marcos Monti, que destacou a importância de se debater e esclarecer aos participantes sobre as mudanças que acontecerão com a chegada do Simples Nacional e a relevância da existência do Confaz-M-SP. As palestras ficaram por conta do coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Dr. Antonio Sérgio Baptista, do secretário da Administração e Recursos

Humanos de Indaiatuba, Dr. Samir Maurício de Andrade e do representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) no Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), Luiz Fernando Rodriguez Júnior. Esteve presente, ainda, o diretor cultural da FAAP, prof. Victor Mirshawka e o presidente do Conselho Deliberativo da APM, Arquevique Nhola.

Durante todo o dia foram discutidos temas como "Os reflexos da Lei do Super Simples nas licitações", "O julgamento das propostas nas disposições da Lei Complementar nº 123/2006" e "As resoluções do CGSN - aspectos jurídicos".

O Super Simples ou Simples Nacional é o regime especial unificado de pagamento de impostos e contribuições devidos à União, estados e municípios. É uma das leis mais comentadas no momento. Isso porque traz muitos benefícios, mas também alguns prejuízos, sobretudo para os municípios.

Segundo Baptista, que explicou alguns termos da Lei e sua aplicação os processos licitatórios, a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, auxiliará na redução da burocracia que "acaba permeando as empresas privadas", bem como dará um tratamento especial não só à Empresa de Pequeno Porte (EPP), mas, sobretudo, às microempresas, que correspondem a um número significativo de receita e de contingente de pessoal.

LICITAÇÕES PÚBLICAS

As empresas que integrarem o Simples Nacional poderão participar de licitações públicas relativas a contratos de até R\$ 80 mil. Além disso, a administração pública passará a exigir a subcontratação de micro ou pequenas empresas em até 30% do total licitado.

O coordenador esclareceu que nas licitações públicas, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e EPPs, serão exigidas apenas no momento da assinatura do contrato e que, caso haja alguma restrição nessa comprovação, haverá o prazo de 2 dias úteis, e prorrogável por igual período, para a empresa regularizar a documentação, pagamento ou parcelamento do débito. "Mas é bom que esteja tudo certo, pois com a burocracia do país, dois dias úteis, ou até mesmo quatro, podem não ser suficientes para resolver a situação", lembrou. Ele explicou, ainda, sobre o caso de licitação por pregão eletrônico.

O Dr. Samir abordou a questão da queda de arrecadação, uma vez que o começo da vigência da lei acontece no meio do exercício orçamentário. E ressalta que "mais uma vez a

União vai lucrar" com essa lei. Ele também defendeu o fato de que "cada caso é um caso e para algumas empresas o Super Simples não funciona, não vale à pena", ressaltou.

Rodriguez Júnior, assim como o Dr. Samir, fez ressalva sobre o fato da redução da arrecadação dos municípios, devido às mudanças vindas com o Simples e com a reforma tributária em elaboração pelo governo federal. "O Simples só é simples para o contribuinte, mas mega difícil para o fisco, para a administração, pois quebra paradigmas e afeta grande base da nossa arrecadação", falou. E convidou os representantes presentes para ajudar na luta municipalista no que diz respeito ao assunto. "Para mim, não existe organismo central sem a participação periférica. Temos que repercutir essa questão. Temos carência de gente em Brasília, para participar do grupo técnico", convocou.

Ele alertou aos representantes municipais para que não saiam editando leis por enquanto. "Aguardem. Tem uma série de matérias que ainda não foram regradas e não são de competências dos municípios", disse. Lembrou também aos presentes que há quatro grandes resoluções que ainda não foram editadas. São elas: fiscalização, repasse, procedimentos administrativos e judiciários. E chamou os municípios para participarem efetivamente deste momento. Os secretários de

Por meio de votação unânime,
os municípios de São Paulo não
concordam com o IVA, garantindo a eles
o direito de cobrar e arrecadar o ISS

Fazenda que tiverem interesse em integrar o Conselho, devem comunicar à CNM pelo endereço eletrônico: tributario@cnm.org.br.

Após a realização do curso foi realizada a implantação do Confaz-M-SP, que constitui e organiza o órgão de integração dos municípios do estado em assuntos pertinentes às áreas de administração fazendária e de administração tributária. Ele é um órgão auxiliar da APM e foi criado para fazer parte do Confaz-M e auxiliar as ações do movimento municipalista em níveis federal e estadual.

Segundo o presidente da APM, o Confaz-M-SP veio para "fortalecer o movimento municipalista e orientar os prefeitos, para que tenham abalizamento técnico, a fim de transformar em conhecimentos políticos". Monti disse também que os municípios paulistas devem posicionar-se com relação à proposta da Reforma Tributária apresentada pelo governo federal, sobretudo no que diz respeito ao ISS. Na proposta do Governo, haveria a criação do IVA, que é o estadual composto pelo ICMS e ISS, o que tiraria dos municípios o direito de tributar Imposto Sobre Serviços. Sendo assim, foi decidido, por meio de votação unânime, que os municípios de São Paulo não concordam com o IVA, garantindo a eles o direito de cobrar e arrecadar o ISS.

A favor da luta municipalista

Conselho auxilia na articulação em defesa dos municípios, com ajuda de secretários da Fazenda

Por Bruna Fioreti

Uma das principais lutas do movimento municipalista é com relação à reforma tributária. E, para auxiliar nessa empreitada, a Confederação Nacional de Municípios propôs a criação do CONFAZ-M (Conselho Nacional de Órgãos Fazendários municipais). Trata-se de um órgão auxiliar da Confederação Nacional de Municípios (CNM) formado por Secretários

Municipais da Fazenda ou Finanças. Na mesma linha, o Estado de São Paulo está criando o CONFAZ-M-SP, para auxiliar a Associação Paulista de Municípios (APM) e também à CNM, com os conhecimentos de Secretários Municipais da Fazenda ou Finanças dos municípios do Estado.

A criação do CONFAZ-M-SP está bastante adiantada. Com a instalação da comissão provisória do órgão paulista em julho, fica faltando, para sua composição final, a indicação de um membro da área de finanças, por cada Presidente de Entidade Municipalista Regional do Estado.

“Após essas indicações iremos estabelecer a Secretaria Executiva, composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Geral”, explica o presidente da APM, Marcos Monti.

Na própria criação do CONFAZ-M estava prevista a instalação de unidades estaduais. A idéia era estabelecer uma representação estadual para contribuir com o órgão nos movimentos federais. Paralelamente, explica Monti, o novo órgão possibilita que se estabeleça uma pauta no plano estadual. Claro que, nesse âmbito, entram as questões tributárias, como o novo Supersimples e a proposta municipalista de Reforma Tributária.

De acordo com o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, o conselho é um bom espaço para a troca de experiências. Além disso, com o Confaz-M e agora a unidade paulista, o movimento municipalista ganha apoio técnico para o fortalecimento das causas em defesa dos municípios,

conforme explica Marcos Monti: “Nosso posicionamento é contrário ao do governo federal, que quer acabar com o ISS, Imposto Sobre Serviços, que é um tributo exclusivamente do município. Essa proposta foi colocada em votação durante a formação do Confaz-M-SP e foi rejeitada por todos os presentes, portanto a posição dos municípios de São Paulo é a de que o ISS é do município.”

Agora, os participantes do Confaz-M-SP devem elaborar propostas para apresentar ao governo federal. Uma delas seria justamente se contrapor à criação do IVA-Estadual, composto pelo ICMS e ISS, o que tiraria dos municípios o direito de tributar o Imposto Sobre Serviços.

Posicionamento é contrário ao do governo federal, que quer acabar com o ISS, um tributo exclusivamente municipal

Não é à toa que o Confaz-M já começou seus trabalhos com o convite do Ministério da Fazenda para participar da elaboração do projeto da reforma tributária. É justamente esse o enfoque do movimento municipalista.

Conforme diagnosticou o presidente da CNM, Paulo Roberto Ziulkoski, há uma diferença crescente entre a arrecadação da

União, dos estados e dos municípios, e as responsabilidades de cada um desses entes federativos. E para sanar esses problemas, quanto mais órgãos forem instalados em defesa dos municípios, maior a possibilidade de eles serem ouvidos no âmbito federal.

"Será uma relação de trabalho intenso"

O presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, explica a importância da instalação do CONFAZ-SP

Por que foi criado o CONFAZ-M-SP?

Para ser um órgão auxiliar nas lutas do movimento municipalista em São Paulo, é composto única e exclusivamente por Secretários, Advogados e Técnicos das Secretarias da Fazenda ou Finanças dos municípios do Estado de São Paulo. É importante salientar que o Presidente do CONFAZ-M-SP irá fazer parte do CONFAZ-M, que é vinculado à Confederação Nacional de Municípios.

Quais são, hoje, as principais "bandeiras" do movimento municipalista?

Temos diversas bandeiras, porém a que é a mais importante é a Reforma Tributária, que o governo federal pretende apresentar ao Congresso Nacional, ainda este ano.

Qual a luta do CONFAZ-M e do CONFAZ-M-SP no que concerne à Reforma Tributária?

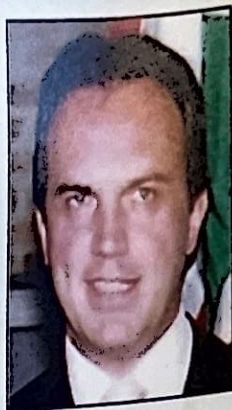
É uma luta fundamental, pois com a criação desses órgãos estamos reunindo um corpo técnico de suma importância para as negociações tanto com o governo federal quanto com o Congresso Nacional. Por meio deste corpo técnico poderemos argumentar com mais propriedade nas negociações, na maioria das vezes a luta tem sido mais política através das Entidades Municipalistas, com o trabalho dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, faltava subsídio técnico para provar que os municípios tem hoje capacidade de tributar e melhor aplicar seus recursos.

Como se dará a relação do CONFAZ-M-SP com o CONFAZ-M?

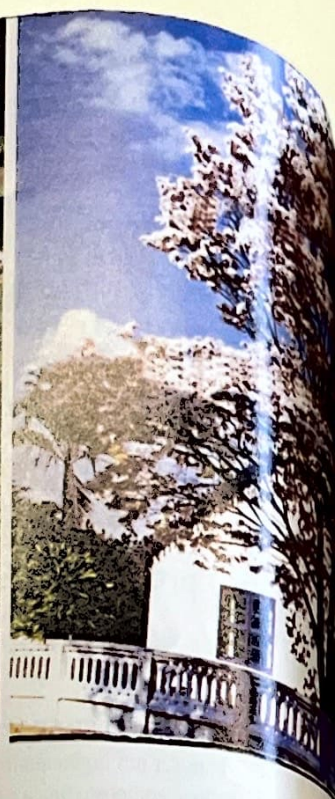
Será uma relação de trabalho intenso, todas as entidades estaduais irão criar seus Confaz-M-Estaduais, onde cada presidente irá compor o CONFAZ-M, para trabalhar o interesse dos municípios brasileiros.

Qual a importância de órgãos como o CONFAZ, na prática, para os municípios - ou seja, o que os municípios podem esperar do CONFAZ?

Podem esperar o apoio técnico através daqueles que realmente conhecem a máquina administrativa municipal, sem medo de exagerar, hoje a Secretaria de Fazenda ou Finanças é a mais importante do município, pois é por ela que são direcionados os recursos arrecadados para as demais áreas da administração. Seus técnicos não têm mandato eletivo, são em sua maioria de carreira pública, e que atravessam as diversas administrações políticas. Não tenho dúvidas que este trabalho em conjunto vai fortalecer cada vez mais os municípios brasileiros.

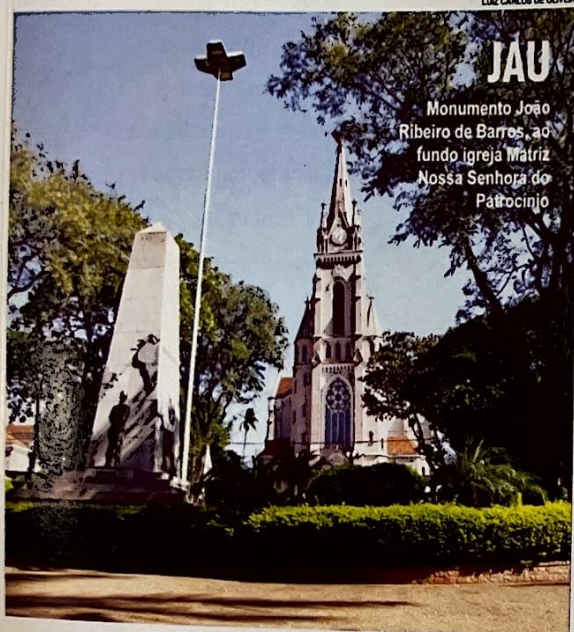


Municípios podem esperar por apoio técnico por meio daqueles que realmente conhecem a máquina administrativa municipal



ANIVERSARIA

A Associação Paulista de Municípios parabeniza



BRODOWSKI
Museu Casa de Portinari



INÚBIA PAULISTA

Vista aérea da cidade de Inúbia Paulista

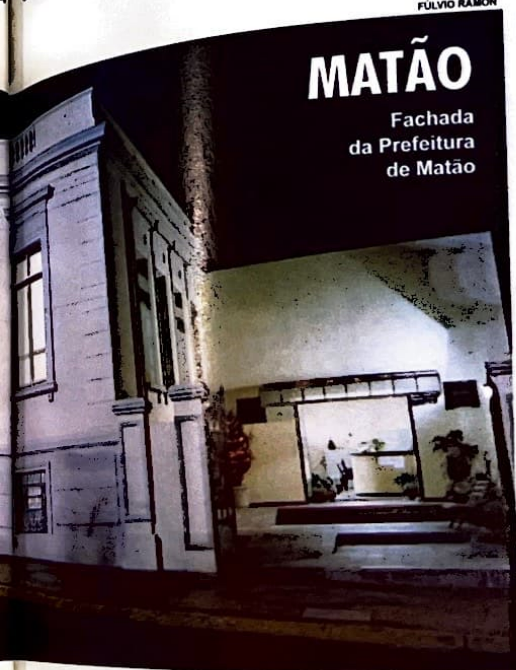
DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE INÚBIA PAULISTA

NTES DO MÊS

as cidades aniversariantes do mês de Agosto

MATÃO

Fachada
da Prefeitura
de Matão



FULVIO RAMON

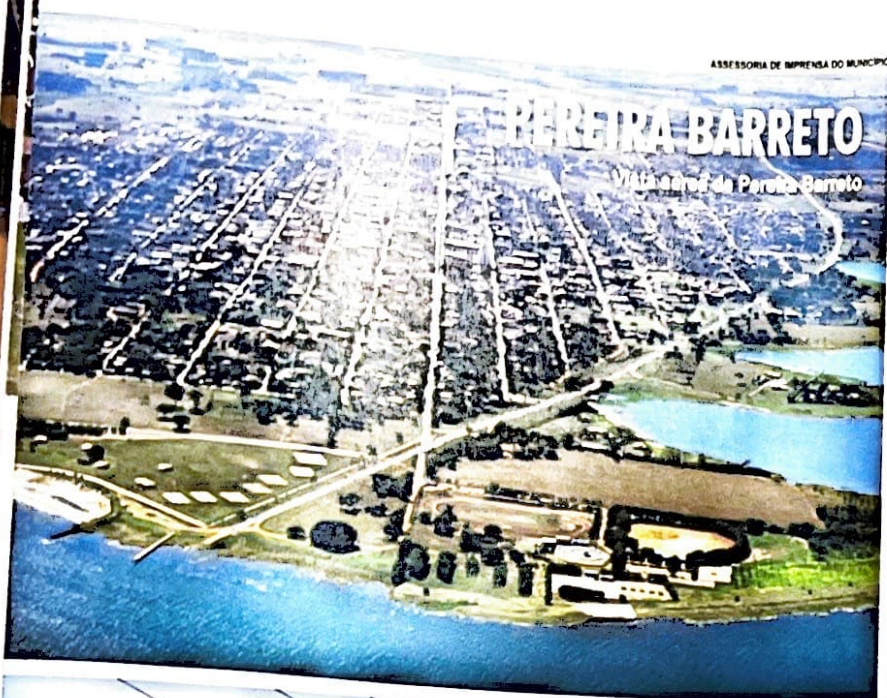


DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE PEDREGULHO

PEDREGULHO

Centro Cultural de Pedregulho

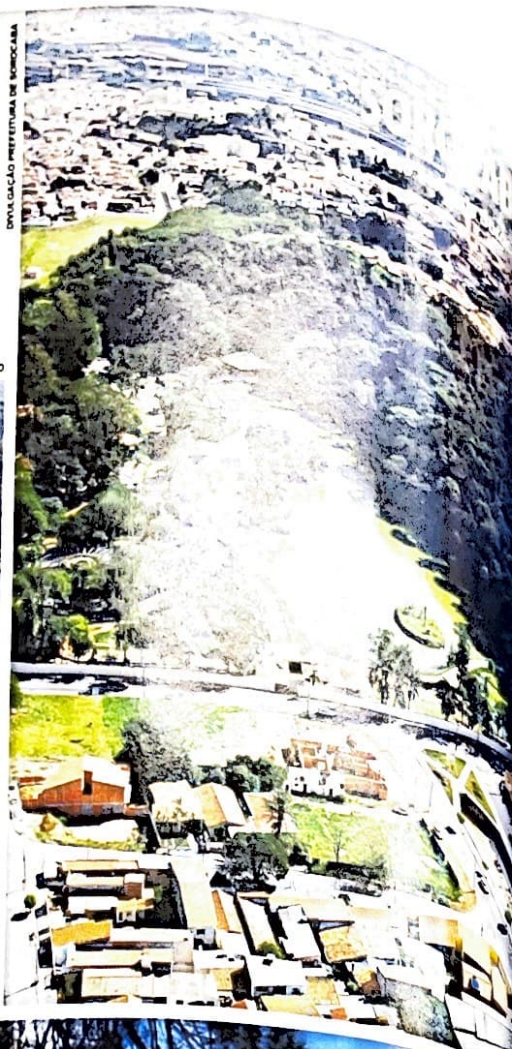
... ANIVERSARIANTES DO MÊS DE AGOSTO



ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MUNICÍPIO

PEREIRA BARRETO

Vila e bairro da Pereira Barreto



DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ



DATUM



SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

Pedra do Baú, em São Bento do Sapucaí

DIVULGAÇÃO / DEPTO. DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO

DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ/MAIOEL.COM

 **8º CBTIM**
CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO DIGITAL™



EXPOSIÇÃO PARALELA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS

De 05 a 07 de Novembro - Frei Caneca Shopping & Convention Center
Rua. Frei Caneca, 569 - Cerqueira César - São Paulo - SP

Um exemplo a seguir

Prefeitura de Poá convida o ex-vereador Agenor Pereira para atuar na Assessoria de Gabinete de forma a contribuir com sua experiência política

Por Stela Martins

Homem lutador e batalhador, por 12 anos ininterruptos o ex-vereador Agenor Pereira representou uma parcela da população no Parlamento do município de Poá, localizado a 34 km de São Paulo. Seu papel sempre foi desempenhado com muita honestidade de princípios e sinceridade de propósitos, autenticidade, empenho e dedicação.

Tal desempenho rendeu-lhe reconhecimento. Em julho, o prefeito de Poá, Roberto Marques da Silva, o convidou para fortalecer o quadro da Assessoria de Gabinete da atual Prefeitura.

"O Agenor sempre defendeu os interesses da população, representando Poá nos congressos nacionais, tornando-a muito conhecida nos meios políticos do Brasil", conta o prefeito Roberto Marques. "Considero que as forças atuantes da cidade devem trabalhar em conjunto pelo bem comum, e o Agenor terá um papel fundamental neste

trabalho, devido a suas idéias, considerações e ao preparo político", ressalta.

Para o atual assessor de Gabinete, Agenor Pereira, essa contratação foi uma surpresa, apesar de já ter trabalhado com o prefeito e seu pai na época em que era vereador da Câmara de Poá. "Apesar de surpreso com o convite, fiquei jubiloso. Espero enriquecer a equipe administrativa e contribuir para o bom desenvolvimento desta gestão, principalmente porque o prefeito, com sua visão futurista, conseguiu reunir uma equipe excelente e muito experiente", afirma.

De acordo com o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcos Monti, o espírito de liderança, natural e carismática, de Agenor é tão representativo que sempre aflora nos Congressos realizados pela entidade, tornando-se presença obrigatória e indispensável em todos os eventos. "Sua participação, suas sugestões e idéias enriquecem e trazem vibração ao plenário. Por isso, compreendemos e valorizamos a tão sábia e oportuna iniciativa que a Prefeitura de Poá teve", observa.

A expectativa de Agenor Pereira é que outros gestores municipais tenham a mesma atitude, aproveitando a experiência desses profissionais que exerceram mandato eletivo no passado e agora podem contribuir, de forma positiva, para o crescimento e o desenvolvimento do município. "Só tenho a agradecer ao prefeito por esta iniciativa", acrescenta o atual assessor de Gabinete de Poá.

Trecho da carta enviada pela Associação Paulista de Municípios ao prefeito Roberto Marques da Silva, engrandecendo a iniciativa:

"Prezado Prefeito,

Com imensa satisfação, tomamos conhecimento de que V.Exa. entendeu de convidar para assessorá-lo em seu Gabinete o ex-Vereador AGENOR PEREIRA, companheiro de longa data e municipalista histórico e reconhecido por todos que, nos últimos 30 anos, freqüentam os nossos Congressos Estaduais de Municípios.

(...)
Enalteçemos de forma muito especial sua decisão de aproveitar a sensibilidade política adquirida em tanto tempo de militância e a credibilidade alcançada, mesmo com sua reconhecida humildade. Não temos dúvidas em afirmar que ele em muito contribuirá para o êxito de sua administração.

(...)
Sendo só o que se apresenta para o momento, aproveitamos para expressar-lhe nossos protestos da mais elevada estima e distinta consideração, enviando-lhe nossas melhores

Saudações Municipalistas

Marcos Monti

Presidente da Associação Paulista de Municípios (APM)."

II Seminário FIESP/CIESP de Telecomunicações

O presidente da APM, Marcos Monti, participou no último dia 7 de agosto do II Seminário FIESP/CIESP de Telecomunicações, evento que discutiu a demanda de internet banda larga para as empresas, principalmente no interior do Estado de São Paulo. Estiveram presentes os diretores e presidentes das principais empresas de telecomunicações do País, debatendo a questão e mostrando as perspectivas de novas tecnologias que atendam à demanda. Monti foi convidado para mostrar como os municípios estão inseridos neste processo de modernização e de inclusão digital. Um dos temas abordados foi a nova tecnologia WI-MAX, que é uma transmissão por ondas de dados, voz e imagem. Aproveitando a oportunidade, foi divulgado o 8º CBTIM, que é o Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios, que acontecerá de 5 a 7 de novembro de 2007.



Mobilização para a Sustentabilidade



O Presidente da APM, Marcos Monti, participou do dia 22 de agosto, de um encontro no Ministério Público do Estado de São Paulo, que teve como tema "Mobilização para a Sustentabilidade: Desafios Atuais do Licenciamento Ambiental". A abertura dos trabalhos

foi feita pelo Procurador-Geral de Justiça, dr. Rodrigo César Rebello Pinho, que discorreu sobre a importância das ações do Ministério Público no sentido de buscar um desenvolvimento sustentável. Um dos principais debates foi a resolução da Secretaria do Meio Ambiente de propor uma descentralização, passando alguns licenciamentos para os municípios, sem discutir os critérios com todas as entidades representativas, ambientalista e o Ministério Público. Os representantes do Ministério Público e representantes de entidades ambientalistas irão pedir a inconstitucionalidade da resolução da Secretaria do Meio Ambiente. O presidente da APM, em seu pronunciamento, deixou clara a posição da entidade a favor da municipalização do licenciamento ambiental, porém destacou que somente será possível com regras claras sem a sobreposição de poderes, e que os municípios tenham assegurados os devidos recursos para cumprir com esta responsabilidade. Informou a todos que a APM está realizando o Curso de Capacitação de Agentes Municipais do Meio Ambiente, em 200 municípios, capacitando um total de 1.000 agentes, que irão desenvolver as políticas de meio ambiente em seus municípios.

Câmara Municipal de Pereira Barreto

Fundada oficialmente em 11 de agosto de 1928 por imigrantes japoneses que procuraram a região para trabalhar na lavoura, Pereira Barreto ainda guarda fortes traços de seus fundadores, que podem ser facilmente observados na culinária, nos costumes e nos monumentos públicos. Posteriormente chegaram os italianos, espanhóis, portugueses, sírios, libaneses e muitos brasileiros, de várias regiões do País.

Sua primeira Câmara Municipal foi constituída em 1948 e teve como presidente o vereador Alcides Alves de Mello. Hoje, na 14ª Legislatura, conta com instalações próprias, sendo que o atual presidente, vereador Fabrício Quaresma, investe no atendimento personalizado ao público. Para isso, instalou um sistema integrado de informações, onde o munícipe realiza seu cadastro e em seguida é encaminhado ao atendimento personalizado.

Também visando uma maior transparência da Casa de Leis, Fabrício Quaresma contratou uma empresa que está realizando a digitalização de todas as leis, decretos e atos oficiais desde o ano de 1940. Além disso, está realizando também a transmissão da sessão por uma emissora de rádio. A partir do segundo semestre deste ano, todos poderão acompanhar as sessões também pela internet, tendo em vista a disponibilização de sinal via rádio gratuito na cidade.

O presidente Fabrício Quaresma tem um extenso currículo de serviços prestados ao município. Ele exerce o segundo mandato de vereador, mas já atuou como presidente da Acita (Associação Comercial, Industrial, Transporte e Agrícola de Pereira Barreto) por quatro anos consecutivos; vice-presidente da Facesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – RA 09); foi membro do Rotary Club Pereira Barreto; atualmente é diretor da Legião Mirim; membro do Conseg (Conselho Municipal de Segu-



FOTOS: DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE PEREIRA BARRETO
Deputado Federal Jorginho Maluly; Guilherme Afif, Secretário do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo; e Fabrício Quaresma, Presidente da Câmara de Pereira Barreto

rança); membro fundador da Abec (Associação Beneficente Cultural Comunitária de Pereira Barreto) e trabalha como assessor político do deputado federal Jorginho Maluly.

A mesa diretora é composta ainda pelo vice-presidente Daniel Rodrigues da Silva; primeiro secretário Washington Luiz de Oliveira e segundo secretário Maria Sônia dos Passos. O quadro do Legislativo se completa com os vereadores José Carlos dos Santos, Valter Pinheiro Ribeiro, Arnaldo Pedroso Coelho e Jorge Kondo.

Este ano a Câmara Municipal foi agraciada, pela primeira vez em sua história, com a visita do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. O parlamentar falou sobre os últimos acontecimentos no Congresso Nacional para todos os presentes e realizou a entrega de tratores e implementos agrícolas às associações de produtores rurais do município.

No mês de agosto, mês em que se comemora o aniversário da cidade, a Câmara Municipal vai homenagear os diversos segmentos da sociedade por meio da Medalha “11 de Agosto”. A honraria tem a finalidade de laurear os filhos da terra que se sobressaíram nos diversos campos de atividades humanas, promovendo o engrandecimento e crescimento de Pereira Barreto.

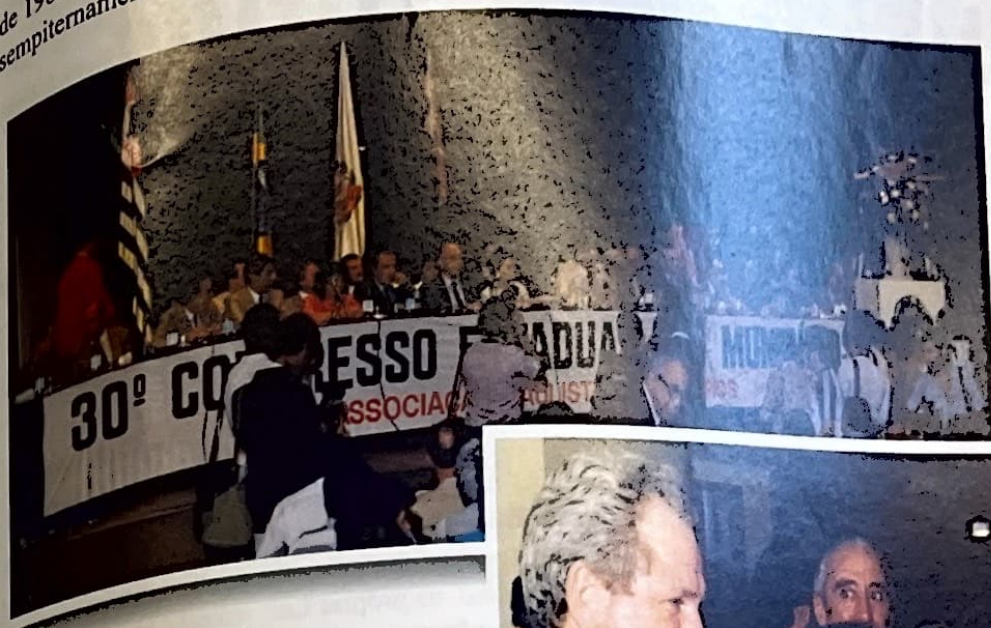


Vista da fachada do legislativo

Página da história

Por Carlos Cruz

Nesta edição, mostramos flagrantes do 30º Congresso Estadual de Municípios, ocorrido entre 18 e 20 de fevereiro de 1987, em São Paulo, enfocando personalidades que já não estão entre nós, mas deixaram seus nomes gravados sempiternamente na história do movimento municipalista.



Encerramento do Congresso onde se vê a mesa composta por inúmeras autoridades, e entre elas e principalmente, o governador do Estado, o inesquecível Franco Montoro

Presença mais que marcante do então ministro Marcos Freire, que meses depois foi vitimado em acidente aéreo



O carisma e o sorriso imorredouro do então secretário do Interior, Chopin Tavares de Lima



O então secretário de Energia e Saneamento, o saudoso João Osvaldo Leiva, acompanhado do à época prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, a quem prestamos especial homenagem

O simples nacional no âmbito dos municípios — cautelas necessárias

A Lei Complementar nº 123, que instituiu, no âmbito dos entes federados, o denominado SIMPLES NACIONAL ou SUPER SIMPLES, apesar de criar, de um lado, um regime único de arrecadação de impostos e contribuições dos entes federados, de outra banda normatiza um complexo sistema de enquadramento e tributação, obrigando os Municípios a capacitar seus servidores, bem como adequar seu sistema de informações e arrecadação, a fim de evitar a evasão de receitas que poderão advir da não adoção de uma política eficaz de fiscalização. Em consequência e quanto ao aspecto nitidamente prático de repercussão junto ao Município, é imprescindível que os técnicos e servidores tenham em mente as inúmeras alterações e obrigações que deverão ser cumpridas, com uma complexa implicação de ordem financeira e orçamentária.

A primeira dificuldade tem a ver com o momento da vigência da parte tributária da Lei Complementar, ou seja, em plena execução do orçamento, quando todas as previsões de receita e despesas já estavam devidamente aprovadas pelo Legislativo, obrigando os entes federados a refazer a projeção das receitas em face da nova sistemática tributária.

Nesse contexto, caberá ao Poder Executivo e ao Legislativo, através de seus órgãos técnicos, analisarem com profundidade as

questões orçamentárias, visando evitar que haja eventual déficit financeiro, com as conseqüentes implicações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, é de se destacar que o Município deve acautelar-se em relação aos inúmeros modelos de projetos que estão sendo ofertados por entidades diversas que, ao invés de disciplinar algumas normas, agasalham inúmeros outros benefícios de ordem fiscal ou encargos não previstos anteriormente ou,

mesmo, na própria Lei Complementar, notadamente com a criação ou aperfeiçoamento de projetos ou programas, sem atentar para os regramentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial, as regras de restrição estampadas no art. 14 e parágrafos.

Ademais, convém lembrar que os artigos

15 e 16, da mesma lei, consideram como não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, a geração de despesas ou assunção de obrigações que não atendam aos critérios de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental.

Portanto, nas ações governamentais dos municípios voltadas às empresas de pequeno porte e microempresas, além daquelas anteriormente já em andamento, deverá haver a correspondente adequação, para ser compatível com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, sob pena de sofrer as conseqüências acima

Nesse contexto, caberá
ao Poder Executivo e ao
Legislativo analisarem com
profundidade as questões
orçamentárias, visando evitar
que haja eventual déficit
financeiro

mencionadas, além da sujeição a tipificação do art. 359-D do Código Penal, acrescido pela Lei nº 10.028/00, ou seja, crime contra as finanças públicas.

Portanto, o gestor municipal deve adotar todas as cautelas necessárias na elaboração legislativa de benefícios ou criação de projetos voltados à expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais, voltadas ao referido seguimento.

É certo que os gestores e legisladores municipais podem, com base nela, criar normas de funcionamento âmbito municipal e regional, inclusive através de interesses legítimos que devem estar integrados, combinados e expressos em ações voltadas à obtenção dos melhores resultados para as ações em benefício das microempresas e empresas de pequeno porte.

Dessa forma a busca do desenvolvimento do município deve ser orientada por objetivos e se basear em uma estratégia, principalmente de ordem orçamentária, até porque poderá haver, ao menos no primeiro momento, perda de receita, gerando as consequências acima lembradas.

Portanto é incontestável que, no âmbito municipal e regional, a Lei Geral seja regulamentada cuidadosamente e de acordo com as necessidades, desejos e condições locais, evitando-se a adoção de projetos genéricos que ao invés de beneficiar esse seguimento, poderão acarretar indesejáveis consequências.

A partir da vigência do simples nacional, e por força do disposto no artigo 94 das Disposições Constitucionais Transitórias, cessaram os efeitos dos benefícios decorrentes dos regimes especiais de tributação, anteriormente concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Outro aspecto que, certamente, irá gerar polêmica tem a ver com a distinção entre transferência de créditos. vedada pelo art.

23 da Lei Complementar nº 123/06 e a autorização de créditos disciplinada e permitida pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03.

Portanto, existem significativas dúvidas que, certamente, serão afastadas no correr da aplicação da nova legislação, para evitar que os benefícios não se transformem em prejuízos para as microempresas e empresas de pequeno porte e, bem por isso, é recomendável cautela e cuidadosos estudos para a implantação do regime diferenciado.

Mas nem tudo é complexo. Um dos capítulos da Lei Geral trata das compras públicas e agasalha normas elaboradas para facilitar o acesso ao mercado beneficiando as empresas que queiram atuar em licitações como fornecedoras bens e serviços para os órgãos públicos.

Assim, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no

âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente, conforme determina o art. 47 da Lei Complementar.

Ademais, cumpre ressaltar que existem vários aspectos da lei que deverão ser modificados em favor do contribuinte e, nesse sentido, observo que Projeto de Lei 79/07 já foi aprovado no Congresso, trazendo várias alterações, pendente de sanção ou veto do Exmo.Sr. Presidente da República, até o fechamento deste artigo, sendo prematura, portanto, qualquer observação.

Concluindo, aconselha-se aos gestores e técnicos dos municípios, cautela e estudos antes de conceder tratamentos diferenciados, devendo ser analisados, primordialmente, as repercussões de ordem financeira e orçamentária.

Samir Mauricio de Andrade
Advogado
– ex-Secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Indaiatuba
– Membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da Associação Paulista de Municípios.

Experiências do IPT com software livre

As experiências do IPT na utilização de software livre e de código aberto remontam à década de 90. Iniciaram-se com a implantação da rede interna e expandiram-se com os servidores e aplicativos para seu sítio na Internet. Hoje atingem rede de testes do protocolo IPv6 e virtualização em servidores.

A REDE IPTNET

A IPTNet, rede de comunicação de dados do IPT, surgiu para integrar e otimizar recursos computacionais e laboratoriais, minimizar redundâncias, automatizar rotinas e integrar o IPT às redes nacionais e internacionais. Desde as idéias iniciais (em 1991) previu-se aderência a padrões mundiais, como Ethernet, TCP/IP e sistema operacional Unix.

A adoção de Linux para os servidores centrais ocorreu após avaliar-se versões comerciais de Unix com restrições de implementação, preços proibitivos de software e de serviços de suporte ou descontinuidade de fornecimento.

Além do baixo custo de implantação e manutenção, o Linux apresentava popularidade entre servidores de Internet, estabilidade, confiabilidade e constantes inovações em relação aos serviços suportados. Adotou-se a distribuição Debian que, com diversos recursos de administração e segurança de rede baseados em soluções de domínio público, é utilizada com sucesso até hoje.

Os servidores centrais, em ambiente Linux, disponibilizam serviços de: DNS (Bind), SMTP (Postfix), POP3 (Qpopper), Imap (Uw-imapd), autenticação (Radius), listas (Mailman), web (Apache), webmail (Webmail), FTP (Proftpd), Socks (Dante), Proxy (Squid), LOG (Syslogd), Samba,

autenticação (OpenLDAP), analisador de tráfego (Mrtg) e banco de dados (MySQL e Postgress). Em servidores locais e desktops convive-se com sistemas diversos, inclusive comerciais.

NÚMEROS E RESULTADOS

Continuamente adequada às novas tendências e soluções de arquiteturas abertas e padronizadas, a estrutura central da IPTNet, em topologia estrela, baseia-se em backbone Gigabit Ethernet. Os prédios interligam-se à rede através de links Gigabit, ramificados em Fast-Ethernet e/ou Ethernet. Alguns números dão idéia do porte da rede:

- 40 km de fibra óptica interligando 36 prédios mais 150 km de cabos UTP locais
- 4.000 pontos de dados e voz, 1.600 hosts e 2.000 usuários
- 5 grupos de endereços classe "C" TCP/IP e rede privativa interna classe "A"
- 25 VLANs, servidor de linha discada, filiais interligadas por Frame Relay; interconexão com INTRAGOV e acesso de 1 Gbps à Internet via USP.

A disponibilidade dos serviços da IPTNet tem estado muito próxima a 100%, não sendo registrada nenhuma ocorrência crítica provocada por problemas no sistema operacional dos servidores. O Linux roda eficientemente em equipamentos antigos, aumentando sua vida útil. Esse excelente desempenho, aliado ao baixo custo e à facilidade para realizar atualizações, denota a adequação das soluções considerando-se a dificuldade em obter recursos para novos investimentos e manutenção da extensa capacitação laboratorial e de TI.

Além do baixo custo de implantação e manutenção, o Linux apresentava popularidade entre servidores de Internet, estabilidade, confiabilidade e constantes inovações em relação aos serviços suportados

O SÍTIO IPTBR

Em 2001, o sítio do IPT (<http://www.ipt.br>) foi totalmente reprojeto. Estava sem padrões, desatualizado, incompleto, sem serviços e interatividade. Desenvolvido inicialmente em plataforma proprietária, por problemas de disponibilidade e custos para manutenção do servidor, havia sido transferido para ambiente Linux no ano anterior.

Acreditando nas vantagens já percebidas e em função dos custos de plataforma e em função de incorporar soluções com proprietária para incorporar soluções com bancos de dados e bibliotecas de funções diversas, optou-se adotar software livre também nesse novo projeto.

Além de incluir serviços on line, como busca de ensaios e calibrações, inscrições para cursos e geração de boletos bancários, faz acesso a bases de dados complexas, possui versões em outras línguas, e foi um dos primeiros sítios governamentais a usar recursos de segurança, que garantem privacidade e integridade durante o tráfego cliente-servidor. É administrado remotamente através de páginas web. Destaca-se a recente transmissão de eventos ao vivo, com solução de streaming baseada em códigos abertos.

Inédito no país, um bate-papo tecnológico passou a promover - em linguagem coloquial - discussões entre pesquisadores e a comunidade sobre temas como plástico biodegradável e poluição eletromagnética de celulares. Fonte de informação contínua e atualizada para imprensa, é referência para dirigentes, que podem indicá-lo como fonte de informações, e para clientes, que podem conhecer projetos e capacitações.

O servidor do sítio IPT utiliza sistema operacional RedHat Linux, base de dados MySQL, servidor web Apache e PHP como linguagem para geração do conteúdo dinâmico. Outros programas e/ou linguagens completam os serviços: analisador de logs Analog, ferramenta de busca Htdig, openssl e modSSL na implementação do sítio seguro, freeTDS

no acesso a bases de dados que rodam sobre SQL Server, Samba no compartilhamento de diretórios, e phpMyAdmin na administração das bases de dados.

Os programas utilizados são distribuídos livremente através da Internet e oferecem soluções tão ou mais confiáveis e estáveis quanto qualquer solução comercial. Até hoje, não foi registrada interrupção de acesso que tenha sido motivada por problemas de software no servidor.

ALGUNS RESULTADOS

A média mensal de acessos é crescente, 260 mil em 2007, com reflexos no aumento de 276% no número de clientes atendidos pelo SAC nos quatro primeiros anos.

Em quase seis anos, publicou-se mais de 800 notícias da assessoria de imprensa do IPT (12 por mês) e reproduziu-se mais de 8 mil notícias sobre o IPT na mídia (114 por mês). Em mais de 200 bate-papos realizados, 3.400 usuários cadastrados sugeriram 1.500 temas, saltando o acesso mensal às páginas do bate-papo de 1.200 em 2001 para 35.150 em 2007.

O reconhecimento veio em diversos fóruns: 30 lugar no II Prêmio Excelência em E-Gov 2003, Menção IPT de Inovação em C&T 2003, finalista no I Prêmio Excelência em E-Gov 2002 e no Prêmio Gestão SP 2004.

EXPERIÊNCIAS DE GOVERNO

A utilização de software livre tem sido ampliada em diversos órgãos públicos, tanto do Governo Federal quanto de Governos Estaduais e Municipais.

No Governo do Estado de São Paulo, o CQGP emitiu, em 2004, resolução sobre a Política de Uso de Software que prevê a utilização preferencial de software livre em todos os seus equipamentos, sistemas e processos de trabalho. Destaca-se a experiência do Metrô, que adota software livre não somente em servidores, mas também em desktops, divulgando amplamente a economia obtida.

Inédito no País, um
bate-papo tecnológico
passou a promover - em
linguagem coloquial
- discussões entre pesquisadores e a comunidade sobre temas como
plástico biodegradável e
poluição eletromagnética de celulares

Ely Bernardi e Salvador
Glaquinto, Pesquisadores
do Instituto de Pesquisas
Tecnológicas - IPT

Nesta edição, apresentamos alguns registros marcantes do 50º Congresso Estadual de Municípios



Os Impactos Constitucionais e Fiscais das Contribuições ao Regime Próprio de Previdência – RPPS

1- Necessariamente, o servidor público agrega-se a um sistema que lhe garanta aposentadoria e pensão, quer o geral, a cargo do INSS, quer o próprio, administrado diretamente pelo respectivo nível de governo (CF, art. 149, parágrafo único).

2- A termo da Lei nº. 9.717, de 1998, o regime próprio de previdência (RPPS) pode ser operado por fundo especial ou por entidade jurídica que não se confunde com a Administração direta: uma autarquia previdenciária, no mais das vezes.

3- Em razão dessa dupla possibilidade operativa, com e sem personalidade jurídica, e das muitas portarias normativas da União, resta hoje muita polêmica quanto à apropriação das contribuições dirigidas ao sistema que, em cada nível de governo, assegura benefícios previdenciários aos servidores.

4- Essa controvérsia vem dificultando a apuração de dois importantes números fiscais: a despesa de pessoal e a receita corrente líquida, bem assim do gasto mínimo que a Constituição determina à Educação e à Saúde.

5- Tal qual sabido e consabido, os sistemas previdenciários são mantidos por contribuições retiradas de salários e proventos (quota funcional ou do segurado) e, também, por contribuições que as entidades públicas pagam frente sua condição de empregadora (quota patronal).

6- Na quota do servidor, há de se ver, em primeiro lugar, que o valor já faz parte da folha de pagamento, porquanto esta é sempre contabilizada pelo valor bruto.

7- Deve-se também observar que sobredito montante não é, de pronto, desembolsado pelo erário, ficando, em boa parte dos casos, depositado em conta bancária do regime próprio de previdência, mormente em Administrações que, recentemente, desligaram-se do regime geral de previdência (INSS).

8- Em assim sendo, no caso dos fundos especiais, essa contribuição funcional é, em compensação contábil, escriturada como receita orçamentária, vez que o dinheiro não sai, de fato, do caixa governamental.

9- Nesse caso, claro está que haverá duplicidade no campo da receita, conquanto uma mesma entrada financiou parte da despesa salarial, “retornando”, depois, sob forma da mencionada receita compensatória.

10- Para evitar o viés dessa dupla contagem, a Lei de Responsabilidade Fiscal manda descontar, da receita corrente líquida (RCL), as contribuições funcionais ao regime local de previdência (art. 2º, IV, “c”).

11- Destinada a uma autarquia previdenciária, a contribuição funcional, de outra parte, não fica depositada nos cofres da Administração direta; tal

numerário sai, de fato, do Caixa Central, dirigindo-se a outra entidade da mesma esfera de governo: a dita autarquia de previdência própria. Em tal hipótese, não há duplicidade de receita no balanço individual da Administração central.

12- Ante o fato de a contribuição do segurado já integrar a despesa com folha de pagamento, não faz qualquer sentido os entes federados incluí-la, de forma apartada, no gasto mínimo de Saúde e Educação. Senão, estaria configurada a irregularidade da dupla contagem de uma mesma despesa (a primeira, como parte da folha salarial; a segunda, como contribuição funcional).

13- Já, na contribuição patronal, há de se ver o que diz a Portaria STN/SOF nº. 688, de 2005 (art. 2º): “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, optar por adotar a eliminação da dupla contagem, especialmente da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de acordo com os procedimentos constantes da Portaria nº. 504, de 3 de outubro de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional, em substituição à utilização da modalidade de aplicação “91” de que trata o art. 1º desta Portaria” (3).

14- Sendo assim, no repasse patronal à autarquia do RPPS, a Administração poderá optar por um dos seguintes procedimentos contábeis: 1º) o mecanismo à margem do orçamento (extra-orçamentário), financeiro, sem empenho, de que trata a mencionada Portaria 504; 2º) a tradicional despesa orçamentária; aqui sob a modalidade de aplicação “91” (“aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social”).

15- Na hipótese de os Tribunais de Contas aceitarem, nos mínimos da Educação e Saúde, a despesa com inativos provenientes de ambos os setores, em tal cenário deve-se expurgar a duplicidade ensejada pelas contribuições aos RPPS, quer isso dizer: se estas despesas são antes contadas na Educação e Saúde, não há porque, depois, incluir-se aposentadorias suportadas por tais contribuições; senão, uma mesmo valor estaria financiando duas despesas. Assim, naquelas áreas governamentais, a apropriação de gastos deve ser assim procedida:

Gastos com inativos oriundos da Educação e Saúde;

(-) contribuições patronais e funcionais retiradas dos servidores da Educação e Saúde

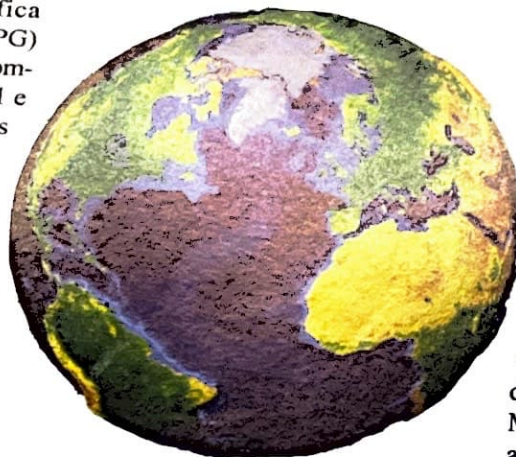
(=) Gasto líquido a ser incluído nas aplicações constitucionais mínimas, desde que os gastos da inatividade sejam aceitos pelos respectivos Tribunais de Contas. Aqui, contudo, há de enfatizar, se o regime local for deficitário, não haverá nunca essa proposta redução das contribuições patronais e funcionais.

Flavio C.
de Toledo
Jr.- Assessor
Técnico do
Tribunal de
Contas do
Estado de
São Paulo

IBGE registra efeitos do aquecimento global na costa brasileira

Estações da Rede Maregráfica Permanente para a Geodésia (RMPG) do IBGE registraram, no período compreendido entre dezembro de 2001 e dezembro de 2006, elevações anuais médias no nível do mar de 2,5 mm em Imbituba (SC) e de 37 mm em Macaé (RJ). No primeiro caso, o aumento está dentro da média internacional divulgada recentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU). No segundo, a forte elevação tem como uma das possíveis causas características geológicas locais.

As medições estão sendo referência para os estudos internacionais relacionados às mudanças climáticas, principalmente pelo fato de que todas as estações da RMPG passaram a ser consideradas como estações internacionais do Programa Global de Monitoramento do Nível do Mar da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco (GLOSS/IOC). As informações coletadas pela RMPG do IBGE no Rio, em Santa Catarina e ainda, mais recentemente, no Amapá e na Bahia, estão disponíveis para consulta na página do IBGE, na área



de "Geodésia", em "Geociências".

Nos últimos anos, uma nova consciência vem surgindo quanto ao papel do mar, uma das maiores fontes de recursos vivos e biodiversidade do planeta, em relação ao clima global. A busca do entendimento sobre a sua interação com a atmosfera e as percepções de seus aspectos bio-físico-químicos estão vinculadas aos impactos causados por ele nos ecossistemas, na sociedade e na economia.

O forte interesse público pelas mu-

danças climáticas globais tem origem na elevação do nível dos mares e no aumento dos riscos de inundação das áreas costeiras. Esses riscos, porém, dependem muito mais das mudanças nas marés e nos regimes de ondas, característicos da costa, do que exatamente do aumento do nível médio dos mares em si.

Para realização da medição do nível do mar, o IBGE conta com a colaboração de instituições conveniadas, como o Centro de Hidrografia da Marinha (DHN/CHM), a Petrobrás, a Companhia Docas de Imbituba (CDI), a Companhia Docas de Santana (CDSA) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

As medições realizadas no Brasil, porém, já estão sendo referência para os estudos relacionados às mudanças climáticas. Programas internacionais como o Global de Monitoramento do Nível do Mar da Comissão Oceanográfica Internacional da Unesco (GLOSS/IOC) têm solicitado o repasse das informações maregráficas e meteorológicas coletadas na costa brasileira.

A verdadeira nascente do rio Amazonas

A convite do Instituto Geográfico Nacional do Peru (IGN), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) integrou a equipe internacional e multidisciplinar que realizou a primeira expedição sul-americana para localizar com precisão a verdadeira nascente do rio Amazonas. Fizeram parte do grupo também pesquisadores do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e da ANA (Agência Nacional de Águas), além de cientistas peruanos. No fim de maio, eles passaram cerca de dez dias na cordilheira dos Andes, realizando trabalhos de campo. Ao IBGE coube, em parceria com

o IGN, instalar quatro estações geodésicas, que já estão determinando latitudes, longitudes e altitudes na região onde estão os dois pontos com maior probabilidade de ser o berço do Amazonas. Tais informações são fundamentais não apenas para estabelecer onde realmente fica a nascente como também para viabilizar futuros estudos na região, que é de difícil acesso e foi georreferenciada pela primeira vez. Os resultados do trabalho foram apresentados num seminário internacional em Lima (Peru) e passarão a constar dos novos mapas da América do Sul produzidos pelo IBGE.

Estudo revela 60 anos de transformações sociais no País

Entre os Censos de 1940 e 2000, a população brasileira cresceu quatro vezes. O Brasil rural tornou-se urbano (31,3% para 81,2% de taxa de urbanização). Nesse período, houve o envelhecimento da população brasileira, que na faixa de 15 a 59 anos, aumentou de 53% para 61,8%. O número de pessoas autodeclaradas pardas aumentou de 21,2% para 38,5%, reflexo do processo de miscigenação racial. Quanto à religião, nesses 60 anos, os

evangélicos cresceram de 2,6% para 15,4% da população. O país conseguiu reduzir em cinco vezes a taxa de analfabetismo, que caiu de 56,8% para 12,1%. A taxa de escolarização, entre crianças de 7 a 14 anos, aumentou de 30,6% para 94,5%. Já o percentual de casados cresceu de 42,2% para 49,5%. Os brasileiros natos passaram de 96,6% para 99,6%. No período em foco, agricultura, pecuária e silvicultura, que em 1940 representava 32,6% da

população ocupada, declinou para 17,9%, em 2000.

Essas são algumas das conclusões do estudo "Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000", que foi lançado no dia 25 de maio de 2007, com informações sobre sexo, idade, cor, religião, nacionalidade, educação, nupcialidade e grupos de atividades econômicas referentes aos dois Censos.

Todas as informações podem ser acessadas na página: **www.ibge.gov.br**

Procure o IBGE, estamos ao inteiro dispor, através de vários canais de atendimento, inclusive pela nossa Rede de Agências, composta por 100 (cem) unidades, estrategicamente instaladas por todo o estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussui nº. 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones: (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Saia da casca.



Para alguns, um ovo é apenas o alimento de hoje. Para outros, um ovo é o ingrediente de uma receita. Há também aqueles para quem um ovo é a garantia de muitos dias de alimento no futuro. Tudo depende da capacidade de enxergar as diferentes possibilidades, e de aproveitá-las.

Excelência em comunicação dirigida, a Revista Municípios de São Paulo, abre novas formas para a sua empresa aparecer no mercado e crescer.

Saia da Casca. Anuncie para mais de 645 municípios e garanta o futuro do seu negócio.

Realização



Representante comercial





O bêbado e o ônibus

Por Claudio Manesco

Imaginem um homem tímido e calado, de vestes simples e sempre a empurrar sua bicicleta, mesmo em terras planas. Imaginem esse mesmo homem, depois de umas e outras, pedalando sua bike com ímpar destreza.

Assim era o Pedroso, folclórica figura a protagonizar as histórias contadas no fim da noite em altas rodas na esquina do Big Bar.

Uma delas dá conta que certa vez Pedroso desceu uma perpendicular da

Rua Samuel de Oliveira em direção à Vila de Fátima em tal velocidade que acabou colidindo com um ônibus da Viação Pássaro Azul.

O motorista, em polvorosa, logo abriu a porta do ônibus para verificar o ocorrido com nosso velho Pedroso. Eis que, para sua surpresa, a cambaleante figura subiu as escadas, flexionou o pescoço e perguntou: “Tsuudo beem aí com os passageiros? Espero que ninguém tenha se machucado!!!”.

Casos havidos ou romanceados, “causos” são objeto desta nossa cultura, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que desfilem casos e “causos” que resgatem a curiosidade da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

Bom dia aéééé!!!

As campanhas eleitorais são pródigas em histórias hilariantes. Conta-se por aí que certa feita um candidato a prefeito de uma cidade quase minúscula do noroeste paulista resolveu ser o próprio animador de seu staff de campanha.

Seis meses antes das eleições reunia seus assessores, a chapa de vereadores para planejar a campanha, entoar palavras de ordem, discutir programas e etc.

Invariavelmente começava as reuniões com um sonoro BOM DIA!!!, ao qual recebia uma resposta ainda mais entusiasmada: BOM DIA AÉÉÉÉ!!!

Era certo que esse éêê final causava-lhe um certo incômodo. Mas, mesmo com a pulga atrás da orelha nunca se preocupou tanto com isso. Um dia, porém, Zé da Vila – um falastrão candidato a vereador – faltou e ao falar Bom Dia ele percebeu que a resposta veio forte, mas limpa: “Bom Dia”. Teve, então, a certeza de que o Zé estava a lhe aplicar alguma.

Rapidamente combinou com os presentes que no dia seguinte ninguém iria responder ao seu Bom Dia. E assim foi feito, com um resultado inusitado. O candidato chegou mais bem-humorado que nunca e ao entoar bem alto o seu BOM DIA!!! ouviu como resposta uma solitária resposta de um desavisado Zé da Vila: Océ vai perdeeer (na verdade as palavras eram mais chulas). Estava resolvido o enigma do Bom dia Aéééé!!!

Apoio integral para o seu município alcançar as metas de qualidade.

uno público

**Qualidade
em educação
para todos**

Segmentos

- Maternal e Educação Infantil
- Ensino Fundamental – Séries Iniciais *
- Ensino Fundamental – Séries Finais *
- Pré-vestibular

Apoio consistente aos municípios

- ▶ Apresentação da proposta pedagógica e orientação do corpo docente para o uso do material;
- ▶ Acompanhamento na adequação e execução do planejamento durante o ano letivo;
- ▶ Encontros e palestras para professores, gestores, alunos e pais ao longo do ano;
- ▶ Orientação para a implementação de plano de gestão para a melhoria dos resultados, com foco na aprendizagem do aluno;
- ▶ Atendimento permanente e contínuo à escola e à Secretaria de Educação, em datas definidas, de acordo com as necessidades da escola e das Secretarias;
- ▶ Avaliação educacional e institucional.

Apoio ao professor

- ▶ Modelos de avaliações bimestrais;
- ▶ Portal com área de acesso exclusivo ao professor;
- ▶ Equipe de professores especialistas para atendimento;
- ▶ Formação continuada para professores e gestores;
- ▶ Oficinas para aprimoramento do trabalho do professor.

* Ensino Fundamental com 8 ou 9 anos
conforme a necessidade do município

Grupo Santillana

www.unopublico.com.br

(11) 6090.1325



Soluções Completas de Produtos e Serviços para o Poder Público.

A gestão financeira dos governos precisa ser feita com controle e planejamento. Para isso ficar mais fácil, procure o Bradesco. O Bradesco é o maior Banco privado do País, presente em quase todos os municípios (com Agência, Banco Postal ou Bradesco Expresso). É um Banco que tem, à sua disposição, tecnologia e experiência em produtos e serviços voltados para o Poder Público. São soluções completas de pagamentos, recebimentos e administrativas, para facilitar o seu dia-a-dia. Isso, sem falar nos nossos Gerentes Especializados, que entendem as necessidades de um Órgão Público. Para mais informações, entre no site www.bradescopoderpublico.com.br ou informe-se em uma Agência Bradesco.



Bradescompleto

